



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# 4 MASSAS

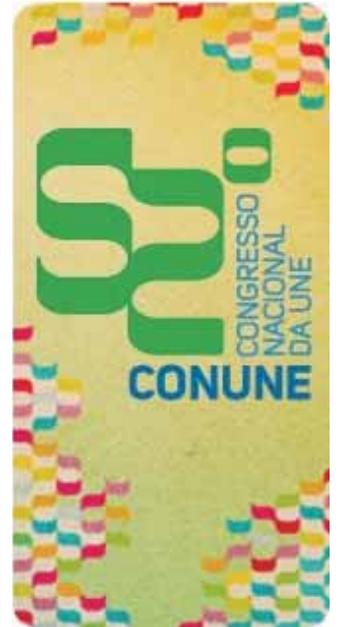
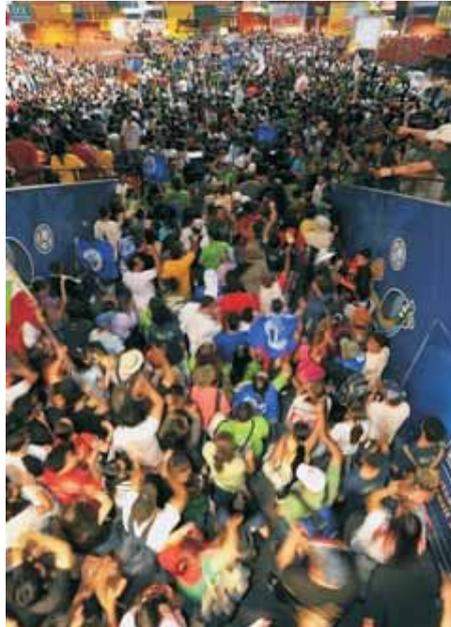
ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO 22 - Nº 414 - DE 19 DE JUNHO A 03 DE JULHO DE 2011 - R\$ 3,00

**EDIÇÃO ESPECIAL**

## Congressos da UNE e da ANEL:

- **Combater a mercantilização do ensino com o programa de expropriação e de controle coletivo da educação**
- **Desestatizar e democratizar a União Nacional dos Estudantes (UNE)**
- **Derrotar a política pró-capitalista e governamental da direção da UNE**
- **Constituir uma oposição revolucionária ao governo antinacional e antipopular de Dilma**
- **Responder à crise mundial do capitalismo com a estratégia proletária**

**Construir a fração revolucionária no movimento estudantil, sobre a base do programa proletário**



- **Responder ao burocratismo e estatismo da UNE constituindo uma fração revolucionária programática**
- **Derrotar o Plano Nacional da Educação privatista, empresarial, mercantilista**
- **Lutar pela expropriação revolucionária do ensino privado, pela estatização sem indenização e controle pelos trabalhadores e juventude**

## Oposição revolucionária a Dilma

# Teses sobre a situação nacional

O 52º Congresso da UNE e o 1º Congresso da Anel ocorrem em uma situação em que a crise capitalista se manifesta no Brasil, configurando uma nova etapa de conflitos interburgueses e de luta de classes.

As décadas dos anos 80 e 90 foram de baixo crescimento, de alta inflação, de desemprego massivo, de diversas medidas econômicas, de ondas grevistas, manifestações populares e de lutas camponesas. Em fins dos anos 90 e começo de 2000, o governo do PSDB/PFL, auxiliado pelo PMDB, conseguiu impor um plano de estabilização de conteúdo antinacional e antipopular. As medidas de privatização, de contenção salarial, de desemprego, de fortalecimento do sistema financeiro, de conversão de grande parte da dívida externa em interna, de valorização artificial da moeda e de metas ditadas pelo FMI enfim se impuseram diante de um PT já adaptado à política burguesa e de uma burocracia sindical domesticada pelo eleitoralismo.

Esse processo culminou com a retomada da economia mundial, principalmente a partir de 2003. A transição do poder da aliança PSDB/PFL para PT/PMDB, de Fernando H. Cardoso para Luis Ignácio Lula da Silva, ocorreu na passagem de uma etapa de desequilíbrio macroeconômico e de intensas lutas sociais para o de equilíbrio e arrefecimento do movimento operário, camponês e da pequena burguesia urbana. Na segunda metade de 2008, uma poderosa crise abalou a economia norte-americana e se irradiou internacionalmente. O Brasil se ressentiu da paralisia do sistema financeiro e da queda do comércio mundial. Já não mais podia manter um crescimento na casa de 7,5%, como apontavam os indicadores nos dois primeiros trimestres de 2008. Os fatores que impulsionavam o crescimento, mantinham a inflação dentro da meta, permitiam controlar a evolução da dívida pública e a tirar vantagens do aquecimento mundial se inverteram.

O governo de Dilma Rousseff assumiu nas condições de mudanças negativas, despontadas no final do governo de Lula. A margem de manobra para a política econômica e social do novo governo burguês já não é a mesma. Não se tem como sustentar o crescimento a custo do endividamento da população, da abundância de capital manejado pelo governo, de concessões ao salário mínimo, de programas assistencialistas e subsídios a setores da classe capitalista.

Esse processo não se esgotou completamente, mas vem se estreitando. A volta da inflação, a alta do custo de vida, a retomada de juros crescentes e de desequilíbrios em torno da dívida interna, do câmbio e da conta corrente são sintomas da nova situação. As dificuldades de atingir a meta de crescimento de 4% do PIB ainda não constituíram uma barreira à economia que se converta em demissão em massa. As vantagens da alta dos preços das commodities a um setor da classe capitalista se manifestam com desvantagens para as massas que enfrentam o aumento dos preços e tarifas. As greves voltaram a marcar a conjuntura.

Torna-se difícil para o governo, a burguesia e a burocracia manterem o quadro de colaboração e paralisia dos explorados. A juventude tem pela frente uma mudança no plano do emprego. Mesmo no auge do crescimento, milhões continuaram desempregados. Tudo indica que os trabalhadores e a juventude voltarão a constituir a força marcante da situação política.

Os Congressos da UNE e da Anel somente poderão cumprir um papel organizador e de luta caso respondam com um programa de combate à exploração e ao capitalismo e que conflua o movimento estudantil com o movimento operário e camponês. E se disponham a superar o divisionismo, o burocratismo e o estatismo que prejudicam a organização unitária da juventude.

Sobre a base dessas considerações, apresentamos as seguintes teses:

1. A economia do Brasil é parte da economia mundial, controlada pelas potências imperialistas. Não há como escapar à crise estrutural que abala o mundo capitalista. É apenas questão de tempo e de ritmo para que as contradições econômicas e sociais que precipitaram as quebras financeiras, industriais e comerciais nos Estados Unidos e Europa arrastem o Brasil e demais países ditos emergentes;
2. Na realidade, a crise de superprodução e de agigantamento do capital parasitário já modificou o curso da economia no Brasil. Os fatores que compareciam como positivos se transformaram no contrário, como reservas cambiais crescentes, moeda nacional valorizada, concentração da dívida de externa em interna, crediário farto, etc.;
3. O governo de Dilma Rousseff terá de modificar a política econômica do governo Lula e já começou a fazê-lo. O corte nos gastos de 50 bilhões de Reais objetiva redirecionar o orçamento da União, em detrimento dos gastos sociais. O Banco Central retomou a elevação gradual da taxa de juros Selic. O reajuste do salário mínimo ficou abaixo da inflação. Outras medidas estão na gaveta dos ministros da Fazenda e do Planejamento, com desoneração da folha de pagamento;
4. A luta interburguesa em torno da política econômica amenizada com a estabilização de FHC e com as facilidades conjunturais que permitiram a Lula agir como um governo de traços bonapartistas voltará a ser um fator de crise política. Os escândalos de corrupção passaram a ser uma normalidade, principalmente depois da reabilitação de Collor. Mas não deixaram de expressar a luta interburguesa. O primeiro sintoma de crise acaba de se manifestar com a queda do homem forte de Dilma, o ministro Palocci;
5. Lula não pôde governar sem crise política, embora a economia estivesse a favor dos negócios capitalistas. Dilma, certamente, enfrentará crises mais agudas, agora em termos de medidas e decisões econômicas. A aparência de que Lula desenvolveu uma linha de soberania nacional e de promoção social se desfará nesse novo governo. Trata-se da continuidade das mesmas forças do grande capital nacional e internacional, sob condições que exigirão medidas antinacionais e antipopulares. O projeto de privatização dos aeroportos e a nova investida privatizante dos correios demonstram o curso que está tomando Dilma Rousseff.
6. A repressão às greves dos operários de Jirau e Santo Antonio pela força policial de elite enviada pelo Planalto e os assassinatos de camponeses por madeireiros no momento em que se aprovavam mudanças no Código Florestal mostram que o governo dito pelos reformistas “democrático e popular” não faz senão exercer a ditadura de classe da burguesia, que pode

- ser mais ou menos velada pela democracia eleitoral e parlamentar;
7. É necessário caracterizar com todas as letras o governo de Dilma Rousseff. Trata-se de um governo antinacional e antipopular. Avançará o entreguismo e atacará a vida das massas para proteger o grande capital;
  8. A capitulação aberta de Dilma às pressões dos Estados Unidos quanto à política intervencionista do imperialismo, mascarado pela bandeira dos direitos humanos, levou o Brasil a condenar o governo do Irã, os Estados Unidos matam à vontade civis no Iraque, no Afeganistão e agora na Líbia e quando somente ao povo iraniano cabe condenar a ditadura dos Aiatolás. A abstenção na Resolução do Conselho de Segurança da ONU que autorizou o ataque à Líbia indicou o servilismo do novo governo;
  9. A posição de Dilma de apoiar o Supremo Tribunal Federal em conservar a Lei da Anistia feita pela própria ditadura repre-

- senta fragilidade do governo diante dos militares e da Toga. Trata-se de uma rendição, da mesma forma que fez perante às igrejas na questão do aborto. O apoio à recomendação de José Sarney e Fernando Collor de tornar perpétuos documentos históricos secretos mostra o quanto esse governo está condicionado pelas forças mais retrógradas;
10. Diante de todas essas considerações, cabe aos congressos da UNE e da Anel aprovarem um linha de oposição revolucionária ao governo antinacional e antipopular, sustentada pela aliança PT/PMDB/PDT/PSB/PTB/PCdoB. O que significa aprovar um programa de independência do movimento dos explorados e oprimidos diante da burguesia e de combate pelas reivindicações. Um programa em que as reivindicações vitais estejam ligadas à estratégia socialista da revolução proletária;
  11. Nas resoluções que a Corrente Proletária Estudantil/POR apresenta nessa publicação para os congressos, estão expressos o conteúdo político-social, as reivindicações e os métodos de luta.

## Conjuntura Internacional

Os recentes levantes das massas árabes no norte da África e Oriente Médio são expressão da crise mundial do capitalismo e do esgotamento dos regimes ditatoriais pró-imperialistas que dominam esses países há décadas. As massas saíram às ruas movidas pelo agravamento das suas condições de vida e trabalho (brutal elevação do custo de vida, causada pela alta dos preços mundial), exigindo a saída dos governos responsáveis pela calamidade social. Os movimentos multitudinários não contam com direções proletárias, revolucionárias, e por isso estão sob a política do nacionalismo burguês ou pequeno burguês. Este é incapaz de travar a luta consequente contra o imperialismo e os governos ditatoriais desgastados. Tendem à conciliação e à submissão ao imperialismo.

No Egito e na Tunísia, assim como se tenta fazer agora no Iêmen, os regimes foram preservados com trocas no comando, sob tutela do imperialismo. Na Líbia, o imperialismo ataca o país para impor sua estratégia, e a maior parte da oposição ao regime se submete ao intervencionismo. A vitória do imperialismo só pode levar à piora das condições da nação oprimida, como se verifica no Afeganistão e Iraque. Não existe saída progressiva sob ingerência das tropas da OTAN. A tarefa imediata central é a luta pela expulsão do imperialismo e defesa da autodeterminação. A construção do partido revolucionário, proletário, é condição para que os movimentos alcancem a independência de classe e possam liquidar os regimes autoritários e o poder político e econômico da burguesia submissa ao imperialismo.

As massas europeias têm saído às ruas para enfrentar as medidas de despejo da crise capitalista sobre suas costas. Os governos procuram a via do ataque às massas para se salvarem da quebra causada pelo subsídio às multinacionais e bancos afetados pela crise capitalista. A resposta das massas tem sido combativa, mas é limitada pela política das direções, que buscam canalizar o movimento para a negociação das medidas governamentais. Sem colocar a bandeira de derrubada das medidas pela força da mobilização, os movimentos atacam e recuam, sem deter os passos dos governos. A ausência de uma direção proletária é o maior entrave para que as massas alcancem a unidade e a força necessária para colocar abaixo as políticas burguesas e os governos.

Os governos de verniz nacionalista na América Latina começam a enfrentar dificuldades para manter o controle das massas. Defensores da propriedade privada, sua natureza de classe os obriga a se chocar com as massas diante do agravamento da crise e da impossibilidade de manter o assistencialismo, fundamentado na venda superavitária de matérias-primas ao imperialismo. As massas começam a se mobilizar por suas reivindicações e contra medidas governamentais de ataque, quebrando as ilusões nos auto-proclamados socialistas do século XXI. Aqui também se realça a falta das direções revolucionárias enraizadas nas massas, capazes de tornar esses movimentos em luta pela revolução proletária.

A crise aumenta as pressões sobre Cuba, cujo governo acaba de aprovar uma série de medidas de aceleração da restauração capitalista na ilha, dentre elas a propriedade privada de imóveis, que podem ser livremente negociados. A burocracia castrista mantém e aprofunda a política de restauração capitalista. Cuba depende de uma revolução política que remova a casta dirigente, restabeleça as conquistas da revolução e a democracia proletária, ou sucumbirá ao retorno do capitalismo e suas mazelas sociais.

O desenvolvimento da crise capitalista obriga o imperialismo a ampliar e estender seu intervencionismo político, econômico e militar. A permanência da ocupação do Iraque, a ampliação das tropas no Afeganistão, a intervenção dos EUA para matar Bin Laden no Paquistão, o aumento das bases militares norte-americanas instaladas pelo mundo todo, o incremento da indústria armamentista, tudo aponta para mais intervencionismo do imperialismo, desfazendo qualquer ilusão no proclamado pacifismo de Barack Obama pré-eleição.

A crise capitalista iniciada em 2008 não se interrompeu e continua se desenvolvendo. Ainda não foi capaz de destruir as forças produtivas de tal forma que permita uma reconcentração de mercados e capitais capaz de retomar de conjunto o processo de acumulação capitalista. Por isso suas tendências são de repercutir em maiores e mais duros ataques às massas no mundo todo. Somente a luta revolucionária que se volte à destruição do capitalismo e implantação do socialismo será capaz de dar um desfecho progressivo à atual situação. Do contrário, se ampliará a barbárie econômica e social e as guerras no mundo todo.

# **Aos delegados do 52º Congresso da UNE: Combater a mercantilização do ensino com o programa de expropriação e de controle coletivo da educação Desestatizar e democratizar a União Nacional dos Estudantes (UNE) Derrotar a política pró-capitalista e governamental da direção da UNE Constituir uma oposição revolucionária ao governo antinacional e antipopular de Dilma Responder à crise mundial do capitalismo com a estratégia proletária**

O 52º Congresso da UNE ocorre na situação de apoio ao governo burguês de Dilma Rousseff, que já vinha sendo desenvolvido pelo PCdoB e PT durante o governo Lula. Eis por que a direção pequeno-burguesa estalinista e reformista tem servido a interesses alheios aos estudantes e ao conjunto dos trabalhadores. Uma das nefastas consequências se encontra na defesa do Plano Nacional da Educação (PNE), cuja diretriz é privatizante e mercantilista. O que demonstra que a UNE se orienta por uma política de submissão às relações capitalistas de produção e se condiciona à propriedade privada. De fato, a direção da UNE não faz senão reproduzir a linha governista para a educação e expressar o predomínio do ensino privado.

A UNE não tem servido de instrumento coletivo de luta pelo ensino público e gratuito e pela liquidação do controle empresarial e confessional sobre a educação. O avanço da mercantilização e da constituição de poderosos grupos econômicos que exploram o ensino forjou uma mentalidade privatista da educação que passou a determinar os passos da direção estalinista e reformista da UNE. Tomou-se como inevitável a coexistência entre o ensino público e privado, com o amplo predomínio deste. A crítica de que a mercantilização da universidade atingiu o auge morre diante do PNE, cuja função é de garantir o financiamento do ensino mercantil por meio do ProUni, Fies, etc. e de impulsionar o ensino a distância.

O objetivo de amarrar o Congresso em torno da bandeira de 10% do PIB para a educação, em vez de 7% previstos no PNE, desvia a atenção do movimento estudantil da tarefa central de combater o controle da educação por grupos empresariais e igrejas, bem como o processo de desnacionalização. A coexistência do público com o privado implica a supremacia da exploração mercantil sobre o ensino estatal gratuito. Os dados sobre o número de universidades e faculdades, bem como os de matrícula, não deixam dúvida de que a supremacia do privado sobre o público não se resolverá passando os gastos com a educação de 4,7% para 10% do PIB. Está se criando a ilusão de que o aumento do investimento público constitui o ponto de partida para solucionar o enorme atraso histórico da educação no Brasil. Afasta-se a UNE da tarefa de acabar com o sistema privado e se a distancia da luta pelo sistema único de ensino estatal, público, gratuito, laico e científico.

Não se pode defender o ensino público sem se partir do ataque à mercantilização. A bandeira que corresponde defender é a da expropriação, sem indenização, do sistema privado de ensino e sua estatização. A luta se dirige a pôr fim à coexistência do público com o privado. Por essa via, também se combate a penetração do capital imperialista no ensino e o processo de concentração monopolista da propriedade empresarial da educação. Está posto para o movimento estudantil o objetivo de implantar o controle da educação por quem estuda e trabalha e por vinculá-la à produção social.

Na raiz da crise geral do ensino se encontra a separação entre as forças produtivas encarnadas pelo trabalho coletivo e a escola. Tal separação impossibilita o estudo científico, em cuja base se encontra a interdependência da teoria com a prática. Sem dúvida, a mercantilização e a influência das igrejas sobre a educação aprofundam o divórcio entre a escola e a produção social.

A tarefa estratégica de estatizar o sistema escolar se choca com os governos e com a orientação do Estado de proteger as atividades mercantis, ainda mais na situação em que vender diploma se tornou um negócio bem lucrativo. Não resta dúvida que a bandeira de expropriação, sem indenização, e controle coletivo do ensino é uma declaração de guerra aos empresários e às igrejas que advogam o direito divino de educar.

A direção da UNE caminha em direção inversa a essa tarefa. Ao apoiar o PNE, alimenta as forças capitalistas voltadas à exploração mercantil do ensino. E se mostra incapaz e desinteressada em empunhar a bandeira antiimperialista de expropriação imediata dos grupos estrangeiros que controlam parte do sistema de ensino. Não por acaso, curvou-se diante da investida do ensino a distância – uma excrescência da mercantilização do ensino e do capitalismo em decomposição. Não se combate a implantação dessa modalidade que destrói a escola e arranca o ensino das relações sociais.

A oposição à direção da UNE, via de regra, não luta pelo programa de expropriação e estatização. Coloca-se no mesmo terreno da coexistência do público com o privado. Oculta-se a capitulação diante do gigantesco controle do ensino pelo empresariado e pelas igrejas com a bandeira de “verbas públicas para escolas públicas”, “dinheiro público para educação pública” ou coisa que o valha. Para ela, o ensino privado pode continuar sua marcha ascenden-

te e sua desnacionalização crescente, desde que o Estado não lhe dispense favores, e que despenda 10% do PIB para a educação pública. Pratica-se, assim, o mais deslavado e impotente reformismo educacional.

Os opositores que mais longe vão referem-se à estatização para um futuro qualquer. No momento, para esses opositores, cabe tão-somente defender a ampliação da rede estatal. Aham que com os míseros 10% do PIB vão longe na tarefa de obter o livre acesso de todos os jovens. A Tese do Rebele-se, por exemplo, quer o livre acesso e, para isso, o fim do vestibular, mas se detém diante da tarefa revolucionária de expropriação e estatização do ensino empresarial e religioso. Escondidinha e perdida entre outras bandeiras, Rebele-se defende: “Estatizar ou federalizar as **instituições em crise**, permitindo o aproveitamento de suas estruturas para a ampliação de vagas na educação pública”. Grifamos **instituições em crise** porque indica que não se trata da luta contra o monopólio da educação universitária pelo empresariado e contra o seu controle de expressiva parcela do ensino secundário.

Estamos diante da tese comum de todos os reformistas de que o Estado pode ampliar o ensino público em detrimento do privado e, por essa via, reduzir o peso do mercantilismo. Eis por que todos se aferram ao objetivo de ampliar de 7% para 10% do PIB as verbas para a educação pública, adendando a fórmula de dinheiro público para a educação pública.

Como bandeira central destinada à escola empresarial, Rebele-se grita: “**Não ao lucro na educação!** Contra o aumento das mensalidades e a garantia de assistência estudantil para os estudantes do PROUNI! O não aumento das mensalidades não implica o fim do lucro na educação. **Não ao lucro na educação**, é uma palavra de ordem que, para ser consequente, exige a expropriação e estatização de todo sistema privado.

O reformismo e o nacionalismo pequeno-burguês para a educação não têm como ocultar sua adaptação às relações de propriedade capitalistas. É conservador e em última instância reacionário, uma vez que essa política desvia o movimento estudantil da luta contra a coexistência do ensino público com o empresarial e confessional.

Nota-se que o problema não está em denunciar a falta de verbas para a educação (como para a saúde, etc.) e exigí-las. Também não está na bandeira em si de verbas públicas para a escola pública. Mas está no fato de servirem ao reformismo para impedir que a UNE aprove um programa de expropriação e estatização de todo o sistema privado. Em determinadas circunstâncias concretas, a reivindicação de verbas e o ataque ao dispêndio do Estado com o empresariado e as igrejas podem auxiliar os estudantes a se aproximarem e a assumirem o programa de estatização sem indenização e controle coletivo da educação. Mas essas bandeiras têm sido colocadas no âmbito da coexistência do ensino público e empresarial. Não estão vinculadas e condicionadas ao programa de expropriação revolucionária. E foram transformadas em estratégicas para a defesa do ensino público, concluindo, portanto, em uma farsa, em um apêndice do PNE, que para ambos têm de ser emendado, e em um desvio da luta contra a mercantilização.

Dois outros pontos são de suma importância: a evasão escolar e a democracia universitária.

Primeiro: uma parcela que ingressa na universidade pertence à camada de classe média pobre e, ainda que menor, de família operária. Esse fenômeno social é recente e, em parte, se deve à política de inclusão social, traçada pelo Banco Mundial e aplicada pelos go-

vernos nas semicolônias. No Brasil, criaram-se o ProUni, o ENEN, o critério de Cotas e o Fies. Resultado: uma minoria de jovens que terminam o ensino médio continua os estudos e uma parcela de pobres que alcança a universidade por meio dos programas governamentais não tem como sustentar os estudos e a abandona.

As bandeiras de inclusão social e de ações afirmativas iludem um contingente de jovens e permitem as direções burocráticas e oportunistas da UNE as assumirem como se fossem solução ou um passo para a solução da tremenda exclusão que sofre a maioria dos pobres, fruto da exploração capitalista do trabalho. Diante da insustentabilidade dos estudos, os reformistas comparecem com a bandeira da assistência e permanência estudantil. O demiurgo da história são os 10% do PIB para a educação, que garantiriam o transporte, alimentação, moradia e material didático gratuitos. Novamente, estamos diante de respostas pontuais transformadas em objetivos estratégicos de ingresso dos explorados na universidade e de garantia de estudo.

O governo ostenta vitória no combate à exclusão, quando está potenciando o ensino privado e mascarando o raquitismo da rede pública. No entanto, o baixo número de acesso da juventude pobre à universidade e a evasão de centenas desmascaram a farsa da inclusão e das ações afirmativas. A direção da UNE e os seus mais destacados opositores aparelhistas seguem os passos do governo e oferecem solução para a falência da política burguesa de ações afirmativas ditadas pelo Banco Mundial. Ou seja, estabelecem um vínculo bastardo entre reivindicações parciais dos estudantes com o programa de governo, ficando assim: ações afirmativas, inclusão social, assistência e permanência estudantil.

No programa do governo, faltam as duas últimas condições, que vão ser preenchidas pelos reformistas de distintos naipes. Por terem suas posições políticas atadas às relações capitalistas de produção e submetidas à propriedade privada, somente podem conceber remédios e emplastos para amenizar a barbárie social. É conhecido por todos que 50% das crianças saem analfabetas funcionais da escola, que 13% dos milhões de jovens entre 18 e 24 anos chegam à universidade e que apenas 300 mil vagas foram oferecidas, somando o ProUni e Sisu (Seleção Unificada, via ENEM).

Não se pode constituir uma política revolucionária para o movimento estudantil a partir da política e da ação governamental. Frente à impossibilidade da burguesia resolver a tarefa democrática de acesso às massas exploradas ao ensino e permitir a sua elevação cultural, cabe apresentar as respostas do programa proletário. Nenhum problema estrutural da educação sofrerá alteração com iniciativa da burguesia. Mas a classe operária pode tomar para si a tarefa, caso se liberte das direções que a encarceram na política burguesa. Uma das medidas é despertar a juventude proletária com o programa, que se contrapõe à opressão capitalista.

O ponto de partida, portanto, da luta pelo ensino a todos em todos os níveis se encontra na realidade social. O desemprego, os baixos salários e a violenta jornada de trabalho estão na base da impossibilidade da juventude prosseguir os estudos. Esse fator se combina com a escassez de vagas públicas e com o predomínio das vagas privadas. Ao lado da tarefa de implantação do sistema único, estatal, gratuito, laico, científico, vinculado à produção social, colocam-se as reivindicações de defesa geral da juventude explorada: emprego a todos, jornada não maior que 4 horas, o restante a ser dedicada ao estudo e lazer e salário mínimo vital. Somente sob essas condições estará garantido o acesso e a permanência ao

conjunto da juventude.

Segundo: a universidade se encontra controlada por uma burocracia vinculada ao Estado, pelo gestor empresarial ou pela ordem religiosa. Trata-se de uma instituição desvinculada da população e particularmente dos estudantes. As necessidades e condições de ensino são ditadas pela classe dominante.

Nas universidades públicas, há um arremedo de democracia e de autonomia universitárias. Formou-se uma burocracia a partir do quadro docente, cujo conservadorismo tem crescido. A tendência da universidade pública é se tornar empresarial, ou seja, funcionar como empresa. Os governos têm agido no sentido da implantação do modelo de administração e de funcionamento privados. Há todo um trabalho de impor a cultura privatista no seio das universidades públicas. As Fundações e o EAD fazem parte dessa investida reacionária. Parcelas inteiras do corpo docente já assumiram a idéia de que a universidade é um serviço, de maneira que deve ser reestruturada de acordo com o mercado. Caminha-se para um retrocesso sem precedente. A sua marcha está condicionada pela prevalência do ensino privado, que por sua vez reflete a decadência do capitalismo.

Os reformistas da UNE entendem que cabe ao governo “garantir o controle democrático da universidade”, lamentam que não está cumprindo essa tarefa e reclamam que as particulares não estão sob “nenhum controle por parte da comunidade e do poder público”. Vão mais longe – reclamam que o governo exija uma contrapartida de controle democrático de aplicação do ProUni. Imaginam trocar favores. O governo entrega aos empresários e às igrejas o aluno pobre e em troca lhes dá isenção de impostos. Falta apenas a contrapartida empresarial de aceitar algum controle externo e assim garantir a transparência no negócio com o Estado. Ninguém poderia dar melhor apoio ao ProUni que os protagonistas dessa posição, dita democrática.

Não virá de nenhum governo a conquista da autonomia e democracia universitárias. Será obra dos estudantes em luta e de setores docentes, sob o programa da classe operária e sob sua direção. Não há que democratizar o ensino privado, há que expropriá-lo. Não há que estabelecer o controle do Estado sobre a propriedade e a prática mercantilista da educação, há que estatizá-la. A luta pela autonomia universitária implica as tarefas de implantação da assembleia universitária, eleição para todos os cargos pelo voto direto, secreto e universal e governo tripartite composto por estudantes, professores e funcionários, subordinado à assembleia universitária. A defesa do controle do ensino pelos estudantes e trabalhadores está no cerne da democracia e autonomia da escola, na base da tarefa de expropriar os empresários da educação e as igrejas, na necessidade de implantação do sistema único estatal de ensino.

Os reformistas e governistas da UNE diriam que esse programa não cabe na situação, que não está de acordo com o desenvolvimento das lutas e que não é aplicável imediatamente. Assim formulado, serve à política de apoio ao PDE, com remendos. Imediatamente, não é possível um movimento pela expropriação do ensino privado, estatização, controle coletivo, autonomia universitária e livre acesso de todos. Mas é possível começá-lo e desenvolvê-lo. As condições objetivas de desintegração da educação estão dadas.

Há inúmeras reivindicações pontuais, setoriais e parciais que devem ser tratadas com zelo, uma vez que surgem do sucateamento da universidade pública, do monopólio mercantil privado e das dificuldades dos estudantes pobres (os ricos, abastados e remedia-

dos têm seus meios). No entanto, estão subordinadas ao programa de expropriação, estatização e controle coletivo do ensino. O Partido Operário Revolucionário e a Corrente Proletária Estudantil defendem que se trata de organizar o movimento estudantil sobre a base de posições programáticas e não simplesmente de bandeiras conjunturais.

O problema não se encontra nas condições objetivas, mas na direção reformista e governista que bloqueia o desenvolvimento político dos estudantes e de sua vanguarda. O 52º Congresso da UNE não cumprirá o seu objetivo de luta se não rechaçar as teses do reformismo e não constituir uma nova direção revolucionária.

Em resumo, eis as propostas da Corrente Proletária Estudantil:

1. A partir de um programa revolucionário, constituir a fração revolucionária no seio da UNE, combater as forças estalinistas e reformistas estatizantes e emancipar as organizações estudantis da tutela do Estado e da política burguesa;
2. Um programa de expropriação do sistema privado de ensino, sem indenização, de edificação de um sistema público, gratuito e científico, sob o controle dos trabalhadores e da juventude vinculados à produção social; Um plano de financiamento do ensino único e gratuito elaborado pelos estudantes e trabalhadores da educação;
3. Defesa da autonomia universitária, controlada pela assembleia soberana e garantida pela eleição direta majoritária do governo tripartite;
4. Rejeição integral do PNE por ser privatista. Que o governo atenda o programa de reivindicações do movimento estudantil;
5. Eliminação de toda legislação que implanta o ensino a distância e fim de sua execução;
6. Fim da legislação que impõe a avaliação institucional, falsifica a realidade do ensino, serve ao intervencionismo estatal nas escolas públicas e que justifica o apoio à rede privada de ensino;
7. Plano de reivindicações do conjunto dos explorados, que garanta o salário mínimo vital, a escala móvel de reajuste, escala móvel das horas de trabalho e reconquista de direitos trabalhistas; por uma jornada de apenas 4 horas para a juventude e o restante dedicado aos estudos e lazer;
8. Combate à burocracia que controla o movimento estudantil, defesa da democracia e da independência política das organizações de massa e aplicação do método da ação direta;
9. Constituir uma oposição revolucionária ao governo de Dilma Roussef com o programa e com resposta a cada ataque à vida dos trabalhadores e ao ensino, bem como à política antinacional e antipopular de conjunto.

Sobre esses pontos, cabe ao Congresso aprovar resoluções e campanhas.

## Proposta de Resolução sobre a Educação

O Congresso da UNE resolve:

1. Rechaçar integralmente o PNE por ser privatista e mercantilista; por consolidar a coexistência do ensino privado com o público e por não corresponder às transformações democráticas e científicas pelas quais deve passar o sistema educacional brasileiro.
2. Defender a retirada da educação do controle de grupos empresariais e das igrejas e passá-lo para o Estado, que deve se responsabilizar pela constituição de um único sistema público, gratuito, científico, ligado à produção social e controlado direta



e exclusivamente pelos estudantes e trabalhadores da educação. A eliminação do ensino privado exige a expropriação geral, sem indenização, das propriedades escolares em poder de empresários e instituições religiosas.

3. Condenar o ensino a distância, por ser uma excrescência do capitalismo putrefato, por levar à destruição do ensino como processo social, por favorecer a mercantilização e servir à desnacionalização, atendendo aos interesses dos grupos multinacionais que exploram o mercado de ensino. Pela revogação de toda legislação que implanta o ensino a distância e expropriação das empresas que o explora!
4. Denunciar a farsa da expansão de vagas e de inclusão social do PNE. A parceria público-privada do ProUni objetiva preencher as vagas ociosas e permitir a expansão da rede privada com dinheiro público. Trata-se de uma medida privatista. O REUNI serve para acobertar a diretriz privatista do ProUni, iludindo com a farsa do aumento de vagas nas universidades federais. Agravam-se as condições de ensino, aumentando o número de alunos em relação ao de professores. Mantém-se a mesma verba raquítica.
5. Rejeitar a diretriz de financiamento da educação: a) Destina um escasso montante para o sistema público; b) Subsídios aos empresários da educação e as igrejas; c) Permite ao capital financeiro explorar os estudantes sem recursos por meio do Fies.
6. Defender um plano de financiamento do ensino único e gratuito elaborado pelos estudantes e trabalhadores da educação. Contra a farsa dos 10% do PIB para a Educação. Que se constitua um Congresso da Educação, formado por delegados em todo País, eleitos nas bases escolares, para estabelecer o montante necessário para funcionar plenamente o ensino público e gratuito em todos os níveis.
7. Exigir que cessem imediatamente os subsídios e os financiamentos; que todas as dívidas dos estudantes sejam canceladas e o montante pago, devolvido; que todos os estudantes do ProUni e do programa Fies sejam transferidos para as universidades públicas.
8. Colocar-se pelo fim das avaliações institucionais. O SINAES responde às premissas de coexistência do ensino público e privado. Está de acordo com as diretrizes de instituições internacionais que ditam os fundamentos econômicos e educacionais do ensino para os países semicoloniais. E expressa a intervenção do Estado no processo educacional das escolas públicas. Não cumpre nenhuma função progressiva de superação do ensino mecânico, decorativo, escolástico e anticientífico. Os governos têm se valido desse instrumento para culpar professores, estudantes e funcionários pelo descalabro do ensino e para agir punitivamente. As reais avaliações que partem dos movimentos sociais são rechaçadas pelos governos porque resultam em reivindicações que vão dos salários miseráveis dos trabalhadores à pobreza da maioria dos estudantes e chegam à escola arcaica, desvinculada da produção social. Os problemas da educação são claros, não necessitam de avaliações dispendiosas e mentirosas, dependem sim de soluções políticas que somente o programa da classe operária pode dar.
9. Fim da legislação que impõe a avaliação institucional, falsifica a realidade do ensino, serve ao intervencionismo estatal nas escolas públicas e que justifica o apoio à rede privada de ensino.
10. Defesa da autonomia universitária, controlada pela assembléia soberana e garantida pela eleição direta majoritária do governo

tripartite.

11. Plano de reivindicações do conjunto dos explorados, que garanta o salário mínimo vital, a escala móvel de reajuste, escala móvel das horas de trabalho e reconquista de direitos trabalhistas; por uma jornada de apenas 4 horas para a juventude e o restante dedicado aos estudos e lazer.

## Situação Nacional

1. O congresso caracteriza o governo de Dilma, assentado na aliança PT/PMDB/PDT/PSB/PCdoB, como antinacional e antipopular. Aprova a diretriz de constituir uma oposição revolucionária, que responda a cada ataque do governo à vida das massas e a cada medida de entreguismo pró-imperialista.
2. Diante da pobreza, miséria e fome, o congresso rechaça a diretriz demagógica governamental de “inclusão social” e de “ações afirmativas”. Aprova como suas as reivindicações que defendem a vida da classe operária: salário mínimo vital, emprego a todos por meio da escala móvel das horas de trabalho, escala móvel de reajuste, fim da terceirização
3. Diante da criminalização dos movimentos sociais e das leis antigreve, o Congresso aprova uma campanha pela irrestrita liberdade de greve e manifestações.
4. Diante da vasta corrupção no governo, no parlamento e judiciário, o Congresso aprova a luta pela constituição de um Tribunal Popular, organizado desde os locais de trabalho e moradia, cuja função é o de condenar os crimes da burguesia e garantir as liberdades democráticas;
5. O Congresso condena a repressão desfechada contra o movimento operário de Jirau e Santo Antônio. O Congresso apóia a luta dos camponeses sem-terra e defende sua independência organizativa e política diante do governo e do Estado. Diante da violência do Estado e dos latifundiários, o Congresso se coloca pelo direito de autodefesa dos oprimidos.

## Situação Internacional

1. O Congresso apóia o levante das massas oprimidas no Norte da África e Oriente Médio contra as ditaduras e as monarquias que as esmagam e que submetem a nação oprimida ao imperialismo;
2. O Congresso rechaça a intervenção do imperialismo e denuncia o seu objetivo de sufocar o processo revolucionário das massas, adaptar e manter os regimes ditatoriais. Coloca-se pela constituição de frentes antiimperialistas sob a direção da classe operária para combater pela autodeterminação dos povos e derrotar o intervencionismo das potências;
3. O Congresso defende que o processo revolucionário foi desnaturalizado pela intervenção do imperialismo e pela colaboração do Conselho Nacional Provisório com os governos das potências. Considera que a tarefa da situação é derrubar o intervencionismo e rechaçar a derrubada de Kadafi pelas forças imperialistas e pró-imperialistas;
4. Sobre o processo de restauração capitalista em Cuba e as medidas antioperárias e antipopulares da ditadura burocrática do Partido Comunista cubano, o Congresso considera urgente sair em defesa das conquistas da revolução, da democracia proletária e da tarefa de lutar pela revolução política; Sobre os ataques dos governos europeus à vida das massas, o Congresso se coloca pela derrubada dos planos financeiros que salvam os bancos e sacrificam os assalariados.

# UJS/PCdoB – Posições governistas

O documento apresentado como subsídios ao 15º Congresso da UJS expõe com absoluta clareza a política burguesa assumida pelo PCdoB para o movimento estudantil. A essência dessa caracterização de classe se encontra na defesa da coexistência do ensino privado com o público, que expressa as relações de propriedade do sistema capitalista e a divisão de classes. Essa política tem conduzido a UNE, UEEs, UBES e UMES.

As consequências são: 1. Desenvolvimento de uma linha de colaboração com o governo burguês; 2. Apoio a uma aliança governamental que vai do PT e PMDB até o PTB de Collor; 3. Estatização das organizações estudantis; 4. Burocratização autoritária da UNE.

Com essa direção, por um lado, o movimento estudantil não tem conseguido responder à ofensiva da mercantilização do ensino, da concentração monopolista da rede privada, da desnacionalização e da implantação do ensino a distância. E, por outro, tem sido canalizado para medidas assistencialistas e ilusórias de acesso da juventude pobre ao ensino universitário. Assim, a UNE vem desviando as lutas contra o ensino privado e canalizando as aspirações da juventude oprimida para apoio a medidas de proteção ao empresariado.

Essa diretriz pró-capitalista e de verniz reformista será mais uma vez submetida ao Congresso da UNE. Analisemos alguns pontos do documento.

## Abstração do capitalismo, da divisão de classes e do caráter do Estado

O subsídio começa com a euforia desenvolvimentista. Diz: “Estamos diante de uma grande oportunidade histórica para transformar o Brasil numa Nação mais próspera, desenvolvida, soberana, justa e integrada de maneira solidária aos demais países e povos do continente.” Entende que com o governo Lula o “imenso potencial” do País começou a ser explorado, de forma soberana e socialmente justa. No passado, uma “elite” bloqueou o desenvolvimento soberano. No entanto, foi afastada do poder e cedeu lugar a “forças políticas interessadas em fazer o país dar certo e em desenvolver todo esse potencial”.

Segundo o documento, estiveram e estão em disputa “dois projetos para o Brasil”: um que expressa “o desenvolvimento nacional soberano” e outro da velha “elite” conservadora. O “projeto” hoje dominante permite o “combate às desigualdades sociais e regionais, ampliação da democracia, a reversão de entraves históricos do país e a luta pela construção do socialismo brasileiro”.

Essa introdução basta para se constatar que se trata de um nacionalismo pequeno-burguês tosco e falsificador. Nenhuma soberania foi conquistada, o crescimento econômico da última década se deveu aos artifícios mundiais da burguesia imperialista, que concluíram na crise de 2008, as medidas internas favoreceram ao grande capital, os banqueiros obtiveram altos lucros, as remessas das multinacionais foram astronômicas, a dívida interna se agigantou, grande parte do Orçamento da União está comprometida com o pagamento de juros e amortizações, a saúde está em frangalhos, avultou o ensino privado, os planos assistenciais não fizeram senão mostrar a impotência do capitalismo em resolver a miséria, o desemprego castiga

milhões de jovens, os sem-terra permanecem sob lonas, o agronegócio tomou conta da economia agrária, os assassinos de camponeses ganharam terreno, a lei antigreve dá a qualquer juiz poderes para impor pesadas sanções aos movimentos, o parlamento serve aos bandos e quadrilhas de assaltantes dos cofres públicos, os escândalos de corrupção em todas as hostes partidárias se tornaram comuns, etc.

Esse retrato é completamente borrado por declarações demagógicas de soberania, desenvolvimento, justiça, paz e socialismo ao tipo brasileiro. Os estalinistas do PCdoB confundem o avanço da incorporação do Brasil à economia mundial e o aumento do peso dos ramos monopolistas internos controlados pelas multinacionais como desenvolvimento soberano.

Depois da 2ª Guerra Mundial, o capitalismo voltou a manifestar suas contradições estruturais e o imperialismo a se bater desesperadamente pela ampliação de mercados e elevação da taxa de lucratividade. Brasil, China, Índia e outros países semicoloniais de amplos mercados internos e de ricas fontes de matérias primas se tornaram ainda mais importantes para o capital financeiro e multinacional. Os laços da interdependência capitalista se estreitaram e neles o predomínio do grande capital centralizado pelas potências.

A exploração do trabalho não foi arrefecida no Brasil e em parte alguma. Segue funcionando a lei que rege a contradição entre o capital e o salário, entre a burguesia e o proletariado, entre a riqueza acumulada e a miséria expandida. O nacionalismo rasteiro da UJS/PCdoB inventa um Brasil do presente que não existe e um Brasil do futuro socialista que não existirá. Esse patriotismo pequeno-burguês que faria rir qualquer nacionalista burguês do passado é fruto de uma circunstância particular e passageira. É claro que as décadas de 80 e 90 foram de crise econômica, baixo crescimento, desemprego, inflação e de luta dos explorados. Se comparadas em apenas alguns fatores e se se absolutizar a comparação, parece que o Brasil sofreu uma mudança que deixou para trás o atraso semicolonial. Mas a realidade é outra. O País não se libertou do atraso histórico. A lei do desenvolvimento desigual e combinado continua a manter os desequilíbrios regionais. As massas padecem dos males da exploração do trabalho e da concentração latifundiária das terras.

Ao abstrair a situação concreta do desenvolvimento capitalista do Brasil, a UJS/PCdoB inventa uma derrota da “elite” do passado, termo impróprio para designar a fração capitalista latifundiária, oligárquica e fracamente pró-imperialista. Desconhece as adaptações dessa fração, ao ponto de fechar os olhos para o lugar que ocupa uma fração da velha oligarquia no governo de Lula e agora de Dilma.

## Balanco de governo – culto ao caudilho Lula

A UJS pretende convencer a juventude que cabe aos explorados e oprimidos carregar nas costas o governo de Lula porque esse provém do “campo democrático e popular” e porque sua administração deixou um importante legado para a nação e para o povo. Seria: 1) (...) “retomada do papel do Estado como indutor do desenvolvimento que deve ter centralidade no trabalho e produzir melhoria nas condições de vida

do povo”; 2) PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) “articula grandes obras de investimentos públicos e privados para financiá-las.” 3) “O novo marco regulatório do petróleo” que “introduz o regime de partilha da produção, segundo a qual as reservas são de poder do país”; 4) Criação de “um Fundo Social para destinar recursos a áreas de educação, combate à miséria, saúde e desenvolvimento tecnológico”; 5) Copa do Mundo no Brasil (“demonstrou o prestígio internacional”).

Todas essas medidas estão voltadas para potencializar o capitalismo e, em particular, aos poderosos grupos econômicos. O que resulta em maior exploração do trabalho e aumento relativo da pobreza das massas diante da riqueza concentrada da minoria. A classe operária e os demais explorados se prendem ainda mais às “correntes de ouro” da classe capitalista.

O entusiasmo com o “novo marco regulatório” desconhece que as multinacionais do petróleo continuarão a se valer das bondades da burguesia brasileira e que as vantagens conferidas à Petrobrás se reverterão não para o País e o povo, mas para os ricos acionistas nacionais e internacionais. O ufanismo que confunde os interesses da classe capitalista brasileira com os do povo e que os mistura no conceito de Nação e Estado oculta o antagonismo entre a burguesia e o proletariado, entre a minoria exploradora e a maioria explorada. Assim, se estabelece a ideologia do apoio dos oprimidos a um governo burguês, portanto dos opressores.

Lula exerceu o papel de caudilho que submeteu os sindicatos ao Estado e que se valeu da conjuntura econômica favorável para despertar nos pobres e famintos a esperança de um futuro melhor que nunca chegou e nem chegará. Nem de longe foi ameaçado por qualquer espécie de intervencionismo imperialista e em nenhum momento teve de se defender de ataques do capital internacional que justificassem sua defesa. Pelo contrário, esteve de mãos dadas aos governos das potências. Os conflitos diplomáticos que assumiu em nome da paz foram circunstanciais e no quadro de convivência pacífica e de colaboração com as forças do imperialismo. É uma farsa confundi-lo com governo nacional antiimperialista.

A UJS confunde a juventude de classe média despolitizada e acomodada à conjuntura que lhe pareceu favorecer. Inocula uma caricatura de nacionalismo burguês, que mascara a política do governo voltada ao grande capital e cultua a colaboração de classe.

## As bandeiras da UJS

Em comum acordo com a JPT, JSB, JS-PDT, e JPMDB, fruto do seminário Juventude e o Projeto Nacional, a UJS defende: 1) “Projeto de Desenvolvimento pautado pela soberania nacional, democracia, distribuição de renda, valorização do trabalho e geração de emprego”; 2) “(...) reformas democratizantes do Estado brasileiro, visando universalizar o acesso a direitos, como saúde, educação e outros” 3) “(...) participação direta do povo nos destinos do país e promoção da participação das mulheres nos espaços de poder” 4) “Consolidação das Políticas Públicas de Juventude como política de Estado” – “PEC da Juventude, Estatuto da Juventude”; 5) “Ampliação do atendimento dos programas federais” – “ProJovem, PróUni”; 6) Política de emprego para jovens em projetos relacionados ao PAC e projetos relacionados com o desenvolvimento nacional”; 7) “Direito ao

emprego, renda, educação, cultura, lazer e esporte”.

Como se pode ver, a UJS e a UNE se transformaram em aparelhos de propaganda oficial do governo Lula e de apoio a medidas paliativas e demagógicas. Não se apresenta um programa e reivindicações próprias da juventude. Do alto do Estado e dos ministérios, são baixados programas de integração da juventude em geral e dos estudantes em particular nas relações capitalistas de exploração e na política burguesa de dominação.

Os aparatos dos partidos PCdoB, PSB, PDT e PMDB destinados a controlar a juventude e as organizações estudantis se uniram numa frente que reproduz a frente de partidos burgueses de sustentação da administração de Lula. A criação da Secretaria e do Conselho Nacional de Juventude pelo governo serviu para albergar um dos braços desses partidos no Estado e para lhes dar meios de implementação de diretrizes oficiais como se fossem conquistas vindas das lutas. Uma das atividades foi a Conferência de Juventude, que resultou de uma decisão de Estado e que serviu de instrumento para a arregimentação de jovens: uma via para levar adiante as políticas burguesas de ação afirmativa. As organizações estudantis foram colocadas a serviço dos objetivos governamentais de cooptar a juventude e desviar suas reivindicações para projetos institucionais.

Basta que se faça um balanço sério do ProUni, ProJovem, REUNI para se constatar a tremenda fraude de inclusão social, de emprego, de salário e de renda para a juventude. Uma política assistencial de minoria é apresentada como de maioria e como expressão das necessidades vitais da juventude.

Com esse manejo institucional e com apoio governamental, a UNE se tornou auxiliar da política de Estado, voltada a integrar e a submeter a juventude oprimida nas relações capitalistas de produção e exploração. A UJS diz que são conquistas das lutas populares e democráticas e que se trata de transformá-las “em política de estado”, na forma de “Consolidação das Leis Sociais”. Eis, portanto, a tarefa do movimento estudantil no próximo período: correr atrás de parlamentares para confeccionar leis de conservação do ProUni, Fundeb, REUNE, ENEM, Piso salarial para professores (de fome), Lei do Estágio, Vale Cultura, Lei Rouanet (reformada).

Considera que o Plano Nacional da Educação (PNE) está em disputa. Tratar-se-ia do movimento estudantil influenciá-lo. Um engodo que custará à UNE um compromisso de sustentação do sistema privado. A UJS não esconde que esse é o propósito. Empenha-se em convencer os estudantes em “lutar pela implantação do Sistema Nacional de Educação Articulado.” O que significa integrar pela via do Estado os dois sistemas - o público com o privado. A UNE passa a defender abertamente o fortalecimento da escola particular, segundo a posição UJS. O empresariado deve ler com satisfação que os estalirreformistas querem a “duplicação das vagas no ProUni”. É claro que não deixaria de pleitear, ao mesmo tempo, mais vagas nas públicas. É nesse sentido que a UJS concebe as “políticas de permanência”. O governo lulista incentiva colar esses emplastos nas chagas sociais do capitalismo, como se fossem reais soluções para a impossibilidade da maioria oprimida prosseguir e garantir os estudos.

A propaganda bizarra de que o Brasil mudou com a as-

censão de Lula e que o “povo” passou a ser objeto da política de governo tem sido utilizada pela direção da UNE para convencer a juventude que agora tem um lugar para expressar suas necessidades e capacidades. Nenhuma força política faria melhor para adocicar as vantagens de um novo Brasil soberano e voltado sobre sua própria história, pela qual a burguesia nacional e proletariado resolveriam suas diferenças diante do imperialismo e na qual se reservaria um lugar construtivo para os milhões de jovens, independente da classe social a que pertencem.

São falsificações e ilusões que se esvairão com a crise estrutural do capitalismo que arrasta inevitavelmente o mundo todo para o precipício. O assistencialismo, as medidas paliativas de minoria e os direitos formais a uma boa condição de vida, patrocinados pelo reformismo de charlatães, carreiristas, interesseiros e parasitas, serão varridos pelas contradições entre as forças produtivas e as relações de produção. A luta de classes contida nos últimos anos e depreciada pela política das direções vendidas voltará a impulsionar as massas para o combate e a empunhar reivindicações próprias.

A vanguarda, vinculada às mais profundas necessidades dos explorados, não poderá cumprir seu papel revolucionário se não defender o programa do proletariado para a educação e se confrontar sem trégua com os impostores que tomaram conta da UNE.

## Nacionalismo e socialismo

Nacionalismo e socialismo são antagônicos. As particularidades da revolução e das transformações históricas no Brasil não determinam que haverá a construção de um “socialismo brasileiro”. O capitalismo no Brasil com todas suas particularidades é parte constitutiva da economia mundial. Eis por que por sua forma a revolução socialista será nacional, mas por seu conteúdo, internacional. É o que estabelece o Manifesto do Partido Comunista, baseado na estrutura mundial do capitalismo e nas leis gerais de seu funcionamento. Mas o PCdoB/UJS usa o socialismo como máscara para o nacionalismo – “luta pela construção do socialismo brasileiro”.

Depois de se colocar pela aplicação da política de Estado, o documento declara: “Não nutrimos ilusões de que resolveremos os problemas da juventude e do povo através de melhoras no sistema capitalista. Por isso, UJS quer contribuir para construir o Socialismo no Brasil”. Então o que explica sua posição de inserção da UNE no governo burguês de Lula, de apoio e melhoria a falsas soluções, como regulamentação do ensino privado, ProUni, ENEM, etc.? Resposta: “Sabemos que, quanto mais as transformações acontecerem, ampliando os direitos do povo e melhorando o país, mais conseguimos ganhar adeptos para a causa de derrotar e construir a nova sociedade – é isso que move!”

Ora, pré-sal, marco regulatório, fundo social, ProJovem, PróUni, PAC e outras

medidas do governo Lula não são conquistas impostas ao Estado pela luta de classes. São parte da política econômica e social da burguesia, para a qual Lula e sua coligação partidária governam. Tomemos a denominada “valorização do salário mínimo”. Como decisão de governo, com apoio da burocracia sindical, se chegou a R\$ 545. Que família vive com essa quantia? Outro caso que poderia parecer uma conquista do povo: o programa Bolsa Família sequer ameniza a miséria e não abrange todos os pauperizados. O PCdoB sabe que se trata de uma medida recomendada pelo Banco Mundial e outros organismos do imperialismo. Mesmo que Lula fosse mais ousado no assistencialismo e em medidas distributivas, não seria ampliação dos direitos do povo, mas, uma necessidade do capital. Vejamos o caso da reforma agrária. Existe o movimento camponês organizado que pleiteia desapropriação com indenização e assentamentos. Mesmo sendo um movimento adaptado ao Estado, Lula breiou o seu desenvolvimento e se dedicou a fomentar o agronegócio.

O reconhecimento de que as conquistas arrancadas pela luta de classes e que se generalizam como direito de todos os explorados em contraposição aos interesses da burguesia, sem dúvida, é fundamental para o fortalecimento do proletariado no combate pela destruição da sociedade de classes. As reformas arrancadas pela força das massas em choque contra os exploradores e seu Estado servem de patamar para amadurecer as condições políticas, organizativas e programáticas para a luta estratégica pelo poder. Não existe contradição entre reforma e revolução. Há sim contradição entre reformismo e revolução. O reformismo pressupõe que a burguesia e seu Estado sejam as forças sociais das reformas, apoiadas pelos explorados. Essa é a posição desenvolvida pelo PCdoB, que nasceu como defensor da luta armada, assumiu na prática o foquismo, adentrou pelo aventureirismo e concluiu agarrado no rabo de saia da democracia burguesa.

É uma grande mentira que houve nos últimos anos avanços que “dão mais energia para lutar pela sociedade socialista.” O proletariado estava mais perto do socialismo na década de 80 e parte da de 90 do que nos anos de governo protagonizado pelo caudilhismo do ex-metalúrgico, que se valeu das greves e do movimento popular para controlá-los e para substituir a ação direta pelas campanhas eleitorais e pelo funcionamento do parlamento oligárquico.

Nas duas décadas posteriores à remoção da ditadura militar pela própria burguesia com auxílio dos explorados e da juventude, houve um movimento urbano pela reconquista dos sindicatos e pela sua centralização nacional com a criação da CUT e um movimento no campo pela reforma agrária, que projetou a luta camponesa por meio das ocupações de terra. Criaram-se as condições para a aproximação dos trabalhadores da cidade e do campo, necessária para forjar a aliança operária e camponesa. Sob a montagem do governo Lula, estati-

## Aqira com o distribuidor deste jornal:

Resistência histórica das massas à crise capitalista



**Socialismo Científico**

Revista Teórica do Partido Quarta Internacional  
Número de Contato de Luta pela Reconstrução da IV Internacional  
Ano XI - nº 12 - Novembro de 2011



**Levantes dos povos árabes:  
Pela autodeterminação e soberania  
dos povos semicoloniais**



História do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional  
40 anos da Assembleia Popular na Bolívia  
140 anos da Comuna de Paris  
Breve história da IV Internacional

zaram-se os sindicatos, o MST foi cooptado, impuseram-se o sindicalismo socialdemocrata de colaboração de classe e o atrelamento à política eleitoral do PT.

A conversa de “construção do socialismo com a cara do Brasil” ressoa como um eco do nacionalismo estalinista. O proletariado mundial foi distanciado do socialismo pela política do “socialismo em um só país”, estabelecida pela burocracia sob o comando do carniceiro Josef Stálin e pela consequente restauração capitalista em curso na ex-União Soviética, China, Leste Europeu e Cuba. No Brasil, os estalinistas do PCB primaram por aplicar a tese da revolução democrática burguesa, encabeçada por frações nacionalistas da burguesia, ditas progressistas. A desintegração da burocracia de estado na ex-União Soviética e China levaram o PCdoB a criar uma categoria própria de socialismo – a “com cara do Brasil”. Ou seja, que nada tem a ver com a Revolução Russa, com o leninismo, com o fundamento internacionalista da revolução proletária.

Essa impostura deve ser combatida a ferro e fogo no interior do movimento estudantil, da UNE, UBES e em toda a parte. Não será cindindo as organizações estudantis, como vem fazendo o PSTU e as seitas que o seguem, e constituindo novos aparatos que derrotaremos o estalinismo e seus derivados. Necessariamente, a luta pela direção política do proletariado e da juventude passa pela construção do partido marxista-leninista-trotskyista, como seção da IV Internacional a ser reconstruída.

O partido revolucionário emergirá do trabalho em torno do programa da revolução e ditadura proletárias, da defesa das reivindicações das massas, do avanço da luta de classes e da experiência que vem realizando os explorados com as diversas variantes da política burguesa, entre elas, a mais importante, é o PT.

## Conclusões

- 1) A ascensão eleitoral do PT e a constituição de um governo burguês assentado na colaboração de classes, desenvolvida pelo sindicalismo cutista, forcionista e pecebobista, impuseram um grande retrocesso na luta dos explorados e da juventude oprimida por reivindicações e com métodos próprios;
- 2) A burocracia sindical, alimentada pela política do PT, PCdoB, PSB e PDT, passou a defender no seio das organizações das massas uma política de Estado, contraditória às necessidades da maioria explorada;
- 3) Sob o argumento de derrotar o neoliberalismo e a “elite” antinacional, o PT e PCdoB ocultaram que o governo Lula se orientou pelos interesses do grande capital industrial, agrário, comercial e financeiro;
- 4) Sustentados na farsa de que há uma disputa entre dos projetos de Brasil – um neoliberal, pró-imperialista e outro democrático-popular e nacional – essas forças se mantiveram alinhadas em torno da constituição do governo Dilma Roussef, que nasceu enquadrada pelo grande capital e dependente das frações oligárquicas burguesas que de fato detêm o comando o Estado;
- 5) A diretriz das direções estatizantes e estatizadas do movimento sindical e da juventude estudantil de que as deno-

minadas “políticas sociais” e “ações afirmativas” são uma conquista dos explorados deve ser combatida – representa uma variante da política burguesa, planejada e executada pelo Estado burguês e contraposta ao programa de reivindicações da classe operária e do demais oprimidos;

- 6) O apoio da UNE ao PNE do governo Lula expressa essa diretriz, o que traz por consequência a rejeição do programa de defesa do ensino público, gratuito, laico, científico e vinculado à produção social, bem como ao método da ação direta e da democracia coletiva;
- 7) A linha de apoio às ações afirmativas estabelece uma linha divisória entre as necessidades do conjunto dos explorados e as de uma de suas parcelas, configurando um nefasto movimento de cooptação da minoria que se acomoda em detrimento da grande maioria;
- 8) O reformismo expressa a política de estado diante da miséria e da pobreza da maioria originadas da exploração capitalista do trabalho e do saque imperialista do País, de maneira a utilizar programas assistenciais como amortecedores da barbárie social a serviço da manutenção do sistema de exploração do trabalho;
- 9) Programas como ProUni e Fies são concebidos para incentivar o ensino privado, justificar a renúncia fiscal, favorecer a lucratividade e impulsionar os negócios que envolvem a educação, tudo isso em nome da inclusão social;
- 10) Por sua vez, o REUNI e ENEM são a contrapartida ao apoio governamental ao sistema privado, servem para ocultar a orientação central do Estado de favorecimento à expansão da rede privada universitária e à concentração monopolista em andamento;
- 11) A implantação do ensino a distância corresponde à mercantilização do ensino, destrói a escola e extirpa as relações sociais que estão na base da educação, no entanto conta com apoio velado ou com a passividade do reformismo e mesmo das esquerdas que se dizem revolucionárias;
- 12) A bandeira de educação pública com qualidade se torna uma fraude diante da aceitação da coexistência do ensino privado com o público, do avanço do ensino a distância e do apoio a medidas governamentais de incentivo à mercantilização;
- 13) As reclamações em torno da “assistência e da permanência” vem no sentido de viabilizar a diretriz governamental para a educação, expressa no ProUni, REUNE, ENEM, Fies, e não para defender o ingresso a todos os jovens e a garantia das condições materiais para os estudos;
- 14) Uma das tarefas fundamentais é a de conquistar a independência política e organizativa da UNE frente ao Estado, aos partidos da ordem capitalista e à burguesia, impor a democracia coletiva e constituir uma direção revolucionária;
- 15) O socialismo do PCdoB estalinista é uma máscara para o nacionalismo pequeno-burguês e para o servilismo à política burguesa do governo Lula, o que deve ser combatido com o programa da revolução e ditadura proletárias, com o internacionalismo marxista e com a tarefa de construir o partido revolucionário – marxista-leninista-trotskyista.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskyista. Discuta nosso programa. CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - [www.pormassas.org](http://www.pormassas.org)**

# **Combater as teses reformistas**

## **Crítica às teses da corrente Rebele-se (PCR)**

Um das correntes de oposição à direção da UNE é o PCR, organização que se originou de uma cisão do PCdoB, na década de 70, portanto de raízes estalinistas. Há que acrescentar que o PCR assumiu posições castro-guevaristas e partiu para a desastrosa experiência do foquismo. A União da Juventude Rebelião (UJR) constitui sua corrente no interior do movimento estudantil. O jornal A Verdade expressa a linha partidária. Conserva as teses do reformismo nacionalista das origens.

Para o 52º Congresso da UNE, o PCR apresenta a Tese da Chapa Rebele-se. Coloca-se em oposição à direção do PCdoB/PT vangloriando os 73 anos da UNE como “patrimônio da juventude brasileira e um instrumento de luta capaz de mobilizar milhões” e concluindo com a crítica: “No entanto, por subestimar a rebeldia e a consciência dos estudantes e não defender de maneira intransigente nossos direitos, a UNE cumpre o vergonhoso papel de porta-voz do governo no interior das Universidades.”

Na realidade, o que caracteriza a direção da UNE não é o fato de subestimar “a rebeldia” – conceito subjetivo, típico do foquismo – e nem por “não defender de maneira intransigente os nossos direitos”, mas sim por desenvolver uma política pró-capitalista de conciliação com frações burguesas, por submeter a UNE ao Estado e por estar corrompida. A direção do PCdoB/PT “cumpre o papel vergonhoso de porta-voz do governo” por estar adaptada ao capitalismo e servir de correia de transmissão da política burguesa no seio da pequena-burguesia. Trata-se, precisamente, de uma direção pequeno-burguesa contrarrevolucionária.

A não caracterização correta partindo do conteúdo de classe da política hegemônica na UNE é uma concessão e adaptação. A noção de que a juventude em si é rebelde carece de fundamento de classe e de análise das condições sociais. Os estudantes não constituem uma classe, apenas expressam as classes. Nas universidades, a maioria vem da classe média. Não têm consciência política própria, ou expressam as posições da burguesia ou as do proletariado, o que depende do partido revolucionário, do desenvolvimento da luta de classes e do programa. A experiência mostra que a juventude pequeno-burguesa que ingressa na universidade tanto pode ser explosiva como profundamente conservadora.

Nas últimas décadas, as condições econômicas permitiram a acomodação desse contingente proveniente da classe média. O governo petista aproveitou para incentivar a ilusão no futuro da universidade e do universitário. As teses de inclusão social e de ações afirmativas penetraram no seio da juventude. E as direções estudantis, principalmente a da UNE, muito ajudaram nessa tarefa burguesa. Concretamente, o governo implantou o ProUni, o REUNI, ENEM/Sisu, as Cotas e ampliou o Fies. Foram e são ações articuladas que serviram para amortecer o movimento estudantil. Houve uma enorme regressão política e organizativa da juventude universitária. Em torno dessas medidas, direções auxiliaram o governo a cooptar uma imensa camada para a tese de que transformações estavam

em marcha progressiva e progressista. E as correntes mais à esquerda se adaptaram isolando as reivindicações parciais e setoriais da luta estratégica contra o avanço da privatização e da mercantilização. O lugar da direção da UNE nesse processo de arregimentação governamental e de alimentação do conservadorismo, portanto, tem sido de primeira grandeza.

A cisão provocada pelo PSTU e a criação da Anel não golpeou a direção pró-governo da UNE. Pelo contrário, abandonou o terreno de oposição no seio da UNE, que em outra situação poderá se potencializar. Trata-se de um erro fatal que dificulta o combate às posições conciliadoras do estalinismo e do reformismo, pois desvia o melhor da vanguarda para a formação de uma organização minoritária. A necessidade de organização de uma fração revolucionária, programática, no seio das massas estudantis é flagrante. Esse passo não será dado cindindo a UNE e deixando sua direção com as mãos livres para impulsionar a política de Estado e de governo nas universidades.

Uma das maiores regressões no movimento estudantil ocorreu diante da bandeira de defesa do ensino público. Armou-se um desvio para não enfrentar o avanço da privatização. Tomou-se o fenômeno como inevitável e imbatível. De forma que as reivindicações foram separadas entre as específicas para o ensino mercantil e as para o público. Houve uma capitulação ou adaptação à coexistência do público com o privado, como fundamenta o PNE. Constituiu-se uma camisa de força em torno da reivindicação de “ampliação de vagas” nas públicas, “dinheiro público para ensino público” e “ensino de qualidade”. O reformismo de várias procedências confluiu para esse estuário. Não se tratava de atacar o ensino privado a não ser em demonstração estatística e análise verbal de seu agigantamento monopolista. Todas as correntes manejam os dados sobre a brutalidade da mercantilização. Não obstante, se limitam a pleitear institucionalmente uma legislação de proteção à universidade pública.

Nesse momento, quando se realiza o 52º Congresso da UNE e o 1º Congresso da Anel, todas as forças, da governista à opositora de esquerda, estão presas ao curso traçado pelo PNE. É o que demonstra a unanimidade em torno da reivindicação de 10% do PIB para a educação, que se tornou o eixo e o norte para o movimento. A direção da UNE puxou o fio dos 10%, pleiteando um fundo social proveniente do pré-sal, e todas as forças foram e estão indo a reboque. O combate fundamental à privatização, desnacionalização e implantação do ensino a distância não está no fronte.

Certamente, é necessário denunciar o enorme subsídio ao empresariado e às igrejas que controlam parte da rede privada e exigir que nenhum centavo seja doado aos privatistas. O que dizemos é que se está utilizando essa bandeira para não combater o ensino mercantil. É pueril a tese de que se expandindo o ensino público se derrotará a ofensiva da privatização. A tentativa de encontrar solução à mercantilização pela via de ações governamentais e de sustentação financeira da educação expressa um reformismo míope diante das tendências concen-

tradoras e seu impulso nas condições econômicas do capitalismo em crise estrutural.

Se se quer potencializar a força social dos estudantes em um poderoso movimento transformador, é necessário lutar para que encarne um programa para a educação e não que se mova estritamente de vez em quando em defesa desta ou daquela reivindicação pontual, setorial e corporativa. Essas devem estar subordinadas à estratégia. O reformismo, seja pró-governamental ou antigovernamental, se caracteriza, entre outras coisas, por fragmentar as reivindicações e fazer desta ou daquela bandeira um motivo de luta isolada e corporativa.

Pode-se retrucar que a reivindicação de 10%, dinheiro público, para ensino público e expansão da rede pública é geral e não corporativa. Caso se considere apenas os estudantes das federais e estaduais, a resposta é sim. Mas não se pode afirmar o mesmo diante da grande maioria presa ao ensino particular. De nada resolverá dirigir-lhes reivindicações específicas referentes às mensalidades, financiamentos, dívidas e condições de ensino, se estas não expressarem o programa para a educação. Os estudantes das públicas e das particulares somente podem romper a separação e o isolamento sob um programa, cuja aplicação se contrapõe ao corporativismo, ao exclusivismo e ao mesquinho horizonte do academicismo. A luta pela escola pública, por um único sistema estatal, submetido ao controle coletivo e acesso a todos em todos os níveis é o que norteará a unidade da juventude, estando dentro ou fora da escola.

Uma direção política, como a da UNE, a da ANEL, etc., se caracteriza pelo programa que defende, ou pela ausência de um programa. Que programa defende o PCdoB e PT para a educação? Essa pergunta o Rebele-se não pode responder, porque veria seus reflexos no espelho do reformismo. Mas nós podemos dar a resposta: um programa de coexistência do ensino privado com o público. ***Qualquer que seja a corrente que não trabalhe sistematicamente pela expropriação revolucionária do ensino mercantil-religioso, por sua estatização, por constituir um sistema único, público, gratuito, laico, científico e vinculado à produção social, por constituir o controle coletivo da educação e que se limite a levantar reivindicações isoladas e parciais cairá na vala comum da coexistência do ensino público com o privado.***

Dos centros acadêmicos até a UNE, é necessário trabalhar por esse programa. É claro que ligado às reivindicações, por mais elementares que sejam. As reivindicações parciais, no fundo, expressam as condições gerais da decadência do ensino capitalista. O programa traz o método de expor essas condições gerais e da luta coletiva, ou seja, da luta de classes. O reformismo – insistimos, em suas múltiplas variantes – obscurece e oculta a luta de classes que se desenvolve no interstício da educação entre a pequena-burguesia, quando se trata da universidade, e a burguesia.

Embora os estudantes não sejam uma classe, na universidade, expressam a pequena burguesia urbana, de onde provêm. O programa de expropriação revolucionária da rede privada, a

estatização, o controle coletivo democrático e a defesa da unidade entre a escola e a produção social certamente não é um programa da pequena burguesia, mas do proletariado. Nesse ponto reside o essencial da questão da direção estudantil – expressará uma política revolucionária (transformadora, por meio da luta de classes) ou uma política pequeno-burguesa que depende em última instância da burguesia? Qual resposta cabe para caracterizar a direção da UNE? Com toda a certeza, não encarna o programa proletário para a educação e o método da luta de classes. E a oposição, dividida entre várias correntes? Que programa apresenta e desenvolve no seio das massas estudantis? Traduz uma política proletária, de forma a tomar as reivindicações mais sentidas pelos estudantes e vinculá-las ao programa de transformação da educação?

A política pequeno-burguesa não é uniforme e nem monolítica. Pelo contrário, é multicolorida, indo do branco ao preto, em uma cascata de gradações. Mas analisemos mais detidamente as teses do Rebele-se.

## 1. A essência do programa para a UNE

A Tese da Chapa Rebele-se não se coloca pelo programa de expropriação e estatização. Mas não deixa de se referir “ao objetivo estratégico de tornar pública e gratuita toda a educação, pondo fim ao lucro e à mercantilização do ensino”. Essa formulação não consta como programa a ser aprovado e colocado como base para a propaganda e agitação da UNE. Rebele-se apenas recomenda que a UNE não abra mão desse objetivo. Trata-se de uma tarefa para um futuro indeterminado.

Ao tratar do financiamento da educação, coloca em rodapé a bandeira “Pela Estatização do Ensino Pago”. E formula: “O governo precisa ter a coragem de estatizar todo ensino superior e garantir o livre acesso à universidade”. Ora, não se trata de coragem ou covardia, mas de conteúdo de classe do governo, que é burguês e que não pode contrariar o grande capital. Tudo indica que a falta de coragem é de Rebele-se que não defende como linha de frente a estatização. Para essa corrente, o que se coloca agora, em se tratando das universidades privadas, é defender reivindicações específicas como reforma no Fies (“fim da figura do fiador”, “transparência e democracia em sua gestão”, compromisso de “realizar pesquisa e extensão”, “não ao lucro”, “contra o aumento das mensalidades”, assistência estudantil para os estudantes do ProUni e em caso de crise da instituição “colocar seus bens a serviço do Estado”), impor obrigatoriedade ao ProUni (“direito de defesa em casos de repetência”, “garantia de isonomia no acesso às bolsas” e “ampla política de assistência estudantil”).

Por não defender o programa de expropriação, Rebele-se se adapta ao ProUni, defendendo contrapartida dos empresários. Assim, mesmo a reivindicação de dinheiro público para ensino público vai para a gaveta. A Tese Rebele-se está pela continuidade do ProUni, em contraposição à reivindicação de verbas públicas para escola pública. Isenção fiscal é verba pública para escola privada. Não é preciso dizer “Abaixo as isenções aos

empresários e igrejas que exploram o ensino”? O 52º Congresso da UNE deve aprovar uma resolução de manutenção ou de fim do ProUni?

Não resta dúvida que Rebele-se capitula diante dessa medida de proteção à escola mercantil, em nome da proteção aos estudantes que dela se valem. E sobre o Fies? Propõe o fim do endividamento do estudante pobre, cancelamento de todas as dívidas e transferência imediata para as universidades públicas? Não, Rebele-se está pela regulamentação do Fies. E sobre as mensalidades que são parte constitutiva do ensino privado? Defendem sua extinção por meio da estatização? Não, quer uma lei que a regule.

Sob a bandeira de Abaixo o vestibular! Livre acesso à educação!, a tese diz que é preciso “romper com a apropriação capitalista da educação”. A ousada frase conclui com as bandeiras: “Criar uma política de expansão das universidades públicas (...) que permita num período máximo de 5 anos absorver os estudantes que terminam o ensino médio (...) “Estatizar ou federalizar as instituições privadas em crise (...) Como se vê, não apresenta nenhuma formulação sobre o desejo de “romper com a apropriação capitalista da educação”. A estatização cabe apenas às universidades falidas, e sequer diz sem indenização.

Os redatores querem que os estudantes acreditem que com a expansão de vagas públicas se estaria rompendo com a “apropriação capitalista”, portanto liquidando com a rede privada sem ser preciso expropriá-la por meio da luta de classes. De que adianta a Tese vir recheada de números estarrecedores sobre as “instituições privadas e os “milhões” que lucram, de que adianta reclamar da “monopolização da educação brasileira”, de que adianta denunciar que “grande parte do capital é de origem estrangeira”, se não se defende que a UNE assuma o programa de expropriação, estatização e controle coletivo! O monte de críticas ao sistema privado e ao governo serve para ocultar o reformismo mais rasteiro e a adaptação ao sistema privado empresarial e religioso.

## 2. Problema do investimento na educação

Em torno do Tesouro e do Orçamento da União, as frações da burguesia pressionam o governo e o legislativo a fazerem distribuição de acordo com a situação econômica e com os interesses dos setores mais poderosos. O Estado, porém, está encarregado de realizar necessidades fundamentais das massas deprimidas. Entre elas, a educação. A burguesia e a classe média alta têm recursos próprios e recorrem aos atendimentos privados. No caso da saúde, a diferenciação de classe é mais bestial ainda. O Estado nunca garantiu e não garantirá a saúde pública universal e não aplicará os avanços científicos da medicina na cura dos pobres e miseráveis.

É de conhecimento comum que a dívida pública consome 44,93% do Orçamento somente em juros e amortizações, a saúde, 3,91%, a educação, 2,89% e saneamento, 0,04%. Basta essa comparação para se saber por que a burguesia pressiona por mais reforma da Previdência, cortes de gastos públicos, etc. O pagamento dos juros é sagrado. A bandeira de que não se pague a dívida, e se destinem verbas para a saúde, educação, saneamento públicos serve de denúncia contra o governo, a burguesia e o capitalismo entre as massas que suportam as chagas

sociais. Mas essa reivindicação não pode ser apresentada como solução para a exclusão de grandes contingentes da população oprimida, como se está fazendo com a bandeira dos 10% do PIB para a educação.

Vejam as formulações do Rebele-se: “Precisamos colocar a UNE nas ruas para defender o fim do pagamento da dívida pública apontando que, para transformarmos a educação, é decisivo o investimento de 10% do PIB, ampliação de vagas nas Universidades públicas e a valorização da educação como elemento da soberania nacional, através do investimento em pesquisa para resolver os problemas nacionais e não para atender aos interesses da iniciativa privada”. (...) “O Brasil precisa, para vencer sua dívida com a educação (analfabetos, falta de professores, jovens fora da escola ...) investir 10% do PIB em educação.”

Há uma boa dose de triunfalismo nessa falácia; e muita politicagem. O PCdoB, por exemplo, pleiteia o mesmo, com a diferença de que admite ser 10% gradualmente elevado, de acordo com o fundo social do pré-sal.

É preciso dizer que 10% ainda são insuficientes; e não prometer que é decisivo para “transformarmos a educação”. Não se pode ocultar a raiz das contradições que afetam o ensino e a vida das massas. Não a encontraremos na maior ou menor aplicação do Estado. Mas sim nas relações capitalistas de produção, na grande propriedade dos meios de produção, na apropriação privada da riqueza e na exploração do trabalho.

Caso a juventude em luta obrigasse à burguesia adotar uma lei de aplicação de 10%, não haveria nenhuma transformação substancial do ensino, uma vez que não garantiria o acesso a todos, o fim do vestibular, a liquidação do sistema privado. É ilusório que se estaria dando um passo decisivo na solução dos grandes problemas da educação e que se estaria exercendo a soberania, formando cientistas e conquistando independência tecnológica. Esse propagandismo oco é típico do nacionalismo. O Brasil continuaria semicolonial, sua indústria não se liberaria do capital financeiro internacional e as multinacionais continuariam a mandar internamente.

Muita gente ficou vislumbrada com a década de crescimento econômico – o estalinista PCdoB ficou mais que vislumbrado, ficou extasiado. No essencial, a estrutura capitalista semicolonial permanece e se sobrecarrega do peso do capital internacional, o que concluirá com crises brutais e regressões para as massas. Colocar como ponto de partida de solução das dívidas históricas (um modismo reformista) com a educação a conquista de 10% é uma aberração, proveniente de posições que não lutam com o programa da revolução proletária.

Os reformistas recorrem volta e meia à soberania e ao socialismo, mas abstraem as relações de exploração capitalista, a situação das classes em luta e opressão imperialista. Não formulam o programa e as tarefas da revolução proletária. O socialismo abstrato serve de máscara para o nacionalismo pequeno-burguês (“um Brasil do povo”, “um novo Brasil”, “um novo projeto de nação”, etc.).

Tomemos uma passagem com a qual se poderia nos contentar: “Portanto, para conquistarmos, de fato, um Brasil do povo, é preciso romper com a submissão da política de pagamento da dívida pública, cortar incentivos ao grande capital, promover a reforma agrária e democratizar de uma vez todas as ri-

quezas, colocando os trabalhadores e o povo com o controle da economia e não os especuladores”.

Como é que o Rebele-se pretende que o “povo controle a economia e não os especuladores se não defende que o 52º da UNE aprove o programa de expropriação das empresas privadas e religiosas que controlam 89% das matrículas? A reforma agrária é uma tarefa democrática, que exige a expropriação revolucionária e a nacionalização das terras. Mas o Rebele-se confia que há outra via, que o Estado burguês possa cumpri-la. A tarefa é cortar incentivo ao grande capital ou expropriá-lo? Rebele-se está preso ao esquema estalinista de que haverá duas etapas distintas da revolução no Brasil: uma democrática burguesa e outra socialista. Esse absurdo foi mais do que demonstrado pelas revoluções proletárias.

As consequências da aberração do etapismo estalinista se vêem na Tese do Rebele-se em que sequer é capaz de formular respostas democráticas para a educação. Os reformistas recorrem volta e meia à soberania e ao socialismo, mas desconsideram as relações de exploração capitalista, a situação das classes em luta e opressão imperialista. Não formulam o programa e as tarefas da revolução proletária.

### 3. Democracia universitária

A Tese Rebele-se pergunta – “Por que não temos uma universidade democrática?” A primeira parte da resposta é essa: “O governo segue sem garantir o controle democrático exercido pela própria comunidade e pela sociedade”. Duas situações se colocam para Rebele-se de acordo com sua tese de garantia do governo para o controle democrático: a) “Nas universidades públicas, a ausência de paridade nos conselhos e, em muitos casos, na eleição para reitor e outros órgãos dirigentes reforça as concepções corporativas e a formação de grupos de poder no interior de cada departamento”; b) “Nas universidades particulares não existe nenhum controle eficaz por parte da comunidade e do poder público e sequer uma lei que regulamente o valor das mensalidades foi aprovada”. Conclusão: “E preciso garantir uma gestão democrática nas universidades, e o primeiro passo é o de defender a luta pela paridade em todos os conselhos e órgãos de direção”.

Está claro que o Rebele-se concebe a luta pela democracia universitária desvinculada da defesa do ensino público e da tarefa de expropriação do sistema privado e da estatização. Para as universidades públicas, deve-se aplicar o critério de eleição para reitor e paridade nos órgãos colegiados. Para as privadas, “garantir a liberdade de organização estudantil e sindical e lutar por uma lei de mensalidades que estabeleça agora o controle público sobre o ensino privado”.

A posição de que a democracia universitária deve ser assegurada pelo Estado burguês é uma ingenuidade. O “controle democrático” garantido por um governo não passa de miragem liberal. Nas condições de desintegração do capitalismo e da polarização entre as classes sociais, o Estado e o governo de plantão exercem uma dura centralização autoritária. Basta ver como não se tem liberdade de greve. A lei antigreve chegou a um grau de aperfeiçoamento jurídico, que consta como fundamento do Estado de direito e da democracia.

Concretamente, existem dois sistemas de ensino e a luta assumirá distintas formas e bandeiras particulares. O direito

dos estudantes constituírem centros acadêmicos livres e independentes nas casas de comércio de ensino, equivale à luta da classe operária de constituir comissões de fábrica, guardando as devidas diferenças e proporções. O mesmo diz respeito aos docentes que são reprimidos por quaisquer atividades sindicais que não sejam as da burocracia pró-patronal. Sem dúvida, trata-se uma luta fundamental para avançar a organização estudantil no seio da propriedade privada que faz negócio com a educação.

A conquista dos centros acadêmicos virá de uma grande mobilização estudantil, que se imporá ao patronato e ao seu governo. Para isso, é preciso trabalhar fundo as reivindicações parciais de forma vinculada ao programa de expropriação e estatização e promover a unidade estudantil. A direção da UNE faz o contrário e a oposição majoritária se comporta como ala esquerda do conservadorismo e colaboracionismo estalireformista.

Houve esperança de que o governo Lula estabelecesse algum controle externo às propriedades de ensino. Mas bastou que a burguesia batesse o pé no princípio constitucional de que a propriedade privada tem um dono e de que cabe a ele dirigir com liberdade seu negócio para que o sonho pequeno-burguês fosse para o brejo.

Nota-se que as empresas de ensino têm uma estrutura própria de funcionamento empresarial, por isso a democracia universitária do Rebele-se vai até o direito de organização e manifestação sindical. E por quê? Porque não se defende a democracia como controle coletivo da educação, que implica a luta pelo fim do ensino privado. Rebele-se concebe a estatização no caso de universidades que se quebrem. Como o negócio está bom, as que não aguentam a concorrência são incorporadas no processo de concentração e monopolização em expansão. Não precisam de federalização!

Há uma íntima relação entre as reivindicações democráticas referidas ao ensino particular e o programa de expropriação revolucionária. Não obstante, os reformistas, gradualistas, especificistas e particularistas fogem dessa interdependência como o diabo da cruz. E querem que os estudantes reunidos no 52º Congresso da UNE acreditem que se trata da tática, do grau de consciência da juventude, das condições objetivas, etc.

Diante da universidade pública, a formulação não é melhor. Rebele-se quer a “gestão democrática nas universidades”, que seria resolvida com a paridade. O que significa em termos democráticos a paridade? Significa que a esmagadora maioria estudantil reparta o poder com a minoria de professores e talvez de funcionários. O corporativismo é evidente. O tal do “controle democrático” não escapa ao poder das corporações.

Na atualidade, há um desequilíbrio entre forças corporativas – no seio dos docentes de maioria ultraconservadora se produziu uma burocracia que detém o controle como mandato do Estado. Os estudantes e funcionários nada representam. A tese do reformismo é a de dar mais poderes aos estudantes no seio da burocracia universitária. Não poderes às massas estudantis, mas à corporação estudantil representada pelos centros acadêmicos e DCEs burocratizados. Com a paridade, se reduz formalmente o poder da corporação docente e aumenta da corporação estudantil. Eis por que a bandeira é de “controle democrático”, garantido pelo Estado; e não de autonomia e

democracia universitárias.

A tarefa, portanto, não é de democratizar a estrutura burocrática e autoritária, mas de desmantelá-la. A luta se volta contra o Estado burguês, que faz da universidade uma de suas extensões. A casta docente que controla a instituição tem o mandato do Estado e responde às determinações de tal ou qual governo. A luta pela democracia combina com a da autonomia, que não será conquistada senão pelo controle coletivo, por meio de decisões de maioria e minoria.

Não se trata de eleger um reitor, mas de um governo universitário constituído pelos três setores – estudantes, professores e funcionários. O voto deve ser universal e secreto. Mas não se tem o controle coletivo somente pela eleição de todos os cargos. Há que se constituir a Assembléia Universitária, que exercerá o poder em última instância por meio da democracia direta.

Essa posição de fato democrática, distinta do arremedo democrático da “gestão democrática”, faz parte do programa sintetizado no objetivo estratégico de expropriação do sistema privado e constituição do sistema único estatal.

#### **4. Reivindicações parciais e tarefas estratégicas**

O governo de Lula procurou ocultar sua política de sustentação do sistema privado com o assistencialismo universitário. O resultado acabou por expor as contradições entre as medidas privatistas e as diretrizes das ações afirmativas, inclusivas. O ProUni e Reuni somados beneficiam cerca de trezentos mil pobres a cada ano. As bolsas integrais do ProUni não chegam a cem mil. No entanto, o subsídio doado aos empresários e às igrejas por meio da isenção fiscal é considerável. O Reuni agrava as condições de ensino por aumentar vagas aumentando o número de alunos por sala, e as federais criadas funcionam precariamente.

Dilma acabou de fazer cortes de verbas para atender às pressões de setores capitalistas. Como parte da máscara assistencial, o governo Lula criou o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) com um minguado fundo. A direção da UNE aderiu às manobras do governo. A oposição majoritária, por sua vez, corre atrás do assistencialismo, criticando seu limitado alcance. Não combate as falsas reformas, apenas procura ampliar a política assistencial.

O abandono massivo de estudantes aos estudos é atribuído à falta de sustentação do PNAES. Certamente, em parte se deve à falta de recursos para a permanência. Assim, a reivindicação do Rebele-se é que a UNE defenda R\$ 1 bilhão para essa finalidade. Essa é uma condição para tapar os furos do ProUni e do Reuni e torná-los factíveis. O êxito do assistencialismo estudantil é garantir a permanência da ultraminoria de pobres que sobem a escada do ProUni, do ENEM e do REUNI.

O que se está exigindo da UNE é que seja mais consequente na defesa da política de assistência estudantil e de permanência que recheiam o PDE privatista. As miragens reformistas logo se desfazem diante da impossibilidade de 50% das crian-

ças não terem como atingir a alfabetização integral, de um grande contingente de jovens não poder fazer o grau médio e a esmagadora maioria ficar fora do ensino superior. As reivindicações dirigidas em defesa apenas da minoria que se vale do assistencialismo são um descabimento da política adaptada ao capitalismo e aos meandros da política de Estado.

Eis uma de suas expressões do Rebele-se: “Devemos defender também que os estudantes do ProUni e que recebem o Fies tenham acesso a políticas específicas de permanência.” Na superfície, estão na defesa dos pobres, mas no fundo estão apoiando o ProUni e o Fies. A bandeira de acesso a todos e fim do vestibular é perfumaria na tese da oposição reformista.

Mesmo que o governo garanta verbas para a “permanência”, a evasão continuará, ainda que possa ser reduzida. A razão está em que a necessidade de trabalhar – não só do estudante, mas da família pobre – não será resolvida. O desemprego, os baixos salários e as jornadas estafantes quando empregados golpeiam a imensa maioria dos jovens. A universidade está talhada para os filhos da burguesia e classe média remediada, o ensino médio abarca apenas uma parcela dos jovens prove-

nientes da classe operária e o fundamental abrange todas as crianças, mas cuja aprendizagem não tem como ser universal. Estão aí as condições econômicas e sociais do capitalismo sobre as quais se edifica a escola.

A diretriz que abstrai essa realidade, parcializa e isola as reivindicações, que se destinam tão-somente a uma ultraminoria pobre. Essa linha assistencial se vale da política de governos burgueses, cerceia o programa revolucionário e canaliza o movimento estu-

dantil para o corporativismo. Essa é a característica fundamental de uma tese que se agarra aos programas de governo, corre atrás do PNAES, quer contrapartida dos empresários socorridos pelo ProUni, isola as tarefas da universidade pública das da privada e pede que o Estado faculte o controle democrático da burocracia universitária.

Na luta por um programa de defesa do ensino público e de transformação da escola, é necessário rechaçar a fraude do assistencialismo. A juventude constitui uma massa de pobres, ao lado de uma minoria de ricos burgueses e de classe média alta. É para a maioria que a UNE deve se voltar e se assentar como organização de massa e revolucionária. Ao contrário, do papel reacionário atual. Para isso, as reivindicações dos estudantes devem incorporar toda a juventude oprimida. O que exige um programa de reivindicações parciais, vitais e estratégicas.

*A juventude tem de sair em defesa do acesso em todos os níveis de ensino reivindicando emprego a todos, uma jornada de trabalho não maior que 4 horas, um salário mínimo de acordo com as necessidades, a vinculação da escola com a produção social, vagas a todos, fim dos filtros de classe como o vestibular, controle coletivo da educação, liquidação do ensino a distância, expropriação do sistema privado, estatização e implantação do sistema único e público de educação.*

Com esse programa, exigimos o cancelamento das dívidas do Fies, a proteção dos alunos pobres que não estão conseguin-

do continuar o curso, a solução de problemas como falta de professor, transporte, moradia, alimentação, etc., sem jamais apoiar ou ocultar a política governamental de favorecimento dos empresários em nome dos pobres, da inclusão, do reparo histórico, da dívida centenária e outras demagogias.

## 5. Posição diante do governo Dilma

A UNE foi colocada a serviço da eleição de Lula e depois de Dilma. O argumento fundamental do PCdoB e PT era e é de que se tratava de conquistar um “governo democrático e popular” e que por isso expressaria o “campo democrático e popular”. O que os fatos e a experiência política demonstraram não têm nada de democrático e popular, ou seja, de um governo burguês voltado a reformas no capitalismo.

Lula governou para o grande capital e serviu aos interesses das multinacionais. Ninguém mostrará um só dado que contraria essa constatação. Pelo contrário, são incontáveis as medidas de apoio ao grande capital. O resultado foi o agigantamento da dívida pública, a manutenção do superávit primário ditado pelo FMI, a fábula de juros que consome boa parte do orçamento da União, a acumulação artificial de uma montanha de dólares em reservas cambiais, cujo custo é violento, o incentivo ao capital financeiro nacional e internacional, a garantia da repatriação de capitais e do envio das remessas de lucro. Internacionalmente, posou de defensor da soberania, mas cooperou com o imperialismo aplicando medidas de apoio ao grande capital frente à crise estalada em 2008. O mais sintomático foi a colaboração com o intervencionismo norte-americano no Haiti. É claro que não faltou demagogia sobre pacificação dos povos e sobre democracia.

Onde se apegam os estalireformistas? No programa assistencial do Bolsa Família, no ProUni, etc., no marco regulatório do pré-sal, na política de valorização do salário mínimo a conta-gota, na redução da taxa de desemprego, na miragem de que 30 milhões de pobres passaram para a classe média e por aí vai.

Parcela das massas que puderam consumir um pouco mais serviram ao grande capital. Boa parte está endividada até o pescoço. Milhões continuam sem trabalho. Cerca de 50 milhões continuam na miséria. Centenas e centenas de camponeses sem-terra se encontram na penúria e sem perspectiva. Portanto, estão reunidos fatores de uma crise explosiva que o governo Dilma procura retardar. De que maneira? Atacando o grande capital? Não, atacando os explorados. Os planos de desoneração da folha de pagamento, de uma nova reforma da previdência, de desmonte da política de valorização do salário mínimo, etc.

Um aspecto particular do governo lulista foi o de brechar o movimento sem terra e reduzir o já lento ritmo dos assentamentos, que serviram para combater e desviar a reforma agrária. O agronegócio teve o seu lugar garantido no governo dito democrático e popular de Lula. Com Dilma, será pior. Acaba de capitular diante da agroindústria e dos latifundiários na mudança do Código Florestal, sob o argumento de defesa dos pequenos e médios produtores e da economia nacional. A desnacionalização do solo e das riquezas minerais está em pleno andamento. Os assassinatos de cinco camponeses não tiveram nenhuma resposta à altura de Dilma e de todo seu estafe de

direitos humanos. Não é preciso alongar que nos oito anos de Lula a lei antigreve permaneceu e que a burocracia sindical foi cooptada de forma que a estatização das organizações operárias se deu por meios democráticos burgueses.

As alianças do PT com o PMDB, PDT e com toda rebotalha da direita, entre elas os partidos evangélicos, se coadunam com a roubalheira, os favorecimentos, etc. O caso do ministro da Casa Civil, Palocci, que acaba de cair, é sintomático. Rebele-se acusa com propriedade o fato da UNE adotar “uma postura conciliadora frente às medidas adotadas pelo governo federal” e exige que defenda “as bandeiras históricas dos trabalhadores e do povo, como reforma agrária, investimentos massivos em serviços públicos, fim das remessas de lucros ao estrangeiro, e uma verdadeira independência do país frente aos interesses internacionais”.

A crítica nacionalista, no entanto, se nega a caracterizar o conteúdo de classe do governo e sua relação com as frações capitalistas. Vejamos essa formulação: “Nas eleições do ano passado, pela terceira vez consecutiva, a extrema direita saiu derrotada.” Assim, a vitória de Dilma expressaria a derrota da candidatura dos “grandes monopólios e do imperialismo”. A Tese Rebele-se para aí. Não diz o que candidatura Dilma expressava e agora expressa.

Depreendemos pela lógica que se tratou da vitória de uma candidatura dos capitalistas pequenos, médios e grandes nacionais não monopolistas. Mas que não aceitou selar compromissos com os movimentos sociais, ao ponto de não receber a UNE. O certo é que Rebele-se omite uma caracterização de Dilma, que lhe obrigaria a desferir um ataque direto e radical à direção da UNE que estatizou a entidade e que serve de correia de transmissão da política burguesa no seio do movimento estudantil.

Dilma constitui um governo burguês, antinacional e anti-popular, não tem nada de defesa do país contra o domínio imperialista, de enfrentamento ao saque e de proteção à vida dos explorados. Há que divisar com clareza a política econômica voltada ao grande capital e o assistencialismo burguês que serve para amortecer a revolta popular. São faces de uma mesma diretriz orientada a perpetuar o capitalismo.

Um dos maiores crimes das direções que falseiam a caracterização do governo de Lula e de Dilma está em burocratizar, estatizar e afastar as organizações sindicais da classe operária e da juventude oprimida. O nacionalismo pequeno-burguês proveniente de organizações estalinistas tem sido adaptado às circunstâncias históricas de retração do movimento revolucionário mundial e de retrocesso nas conquistas socialistas do proletariado.

A luta por libertar as organizações de massa das direções estatizantes e recuperá-las para a luta de classes é de vida ou morte para a defesa da vida dos explorados e para fortalecer o combate pelo programa antiimperialista e anticapitalista. Diante do governo Dilma, trata-se de organizar uma oposição revolucionária. Diante da submissão da direção da UNE, há que lutar em defesa do programa de independência política e organizativa do movimento estudantil.

## 6. Estratégia socialista

A Tese Rebele-se chama os estudantes a lutar pelo socialis-

mo. O PCdoB também o faz. Quase todos se juram socialistas. Estão enranchados ao Estado burguês e adaptados à exploração do trabalho e continuam como socialistas. Eis o que diz o PCdoB: “Nós, jovens socialistas, temos responsabilidade ainda maior em evitar acomodação e puxar as mobilizações pelo aprofundamento das mudanças, pois nosso caráter revolucionário está na compreensão de que os avanços fazem parte de um acúmulo na luta pelo Socialismo”.

O referido acúmulo de forças está em unir-se ao PT, PMDB, PDT, PSB, etc. e participar do governo burguês de Lula/Dilma. Os avanços são: Copa do Mundo no Brasil, ProUni, Pró-Jovem, PAC, Bolsa Família, salário mínimo de R\$ 545, etc., uma tal de soberania nacional em que as multinacionais mandam, o capital financeiro invade especulativamente e uma tal democracia em que as greves são proibidas, camponeses presos e assassinados impunemente, etc.

A tamanha servilismo, os estalinistas do PCdoB dão o nome de acúmulo de forças, que um dia permitirá o Brasil chegar ao socialismo. A Tese Rebele-se, provavelmente, não deve achar que o PCdoB seja socialista. Mas nada diz do seu próprio socialismo. No entanto, faz o chamado: “Construir um novo Brasil necessita da força viva da juventude para pôr fim a essas injustiças e colocar os interesses do povo à frente dos interesses dos capitalistas. Em outras palavras, o Brasil de paz, harmonia e liberdade exige a participação de cada brasileiro na luta contra a exploração do capital e pela construção do socialismo como alternativa para o povo.”

O canto do pacifismo confundido com a declaração de um socialismo abstrato é a fórmula imaginada para formar a tal da consciência estudantil, que de fato não existe. O tom altissonante do lugar da juventude na construção do socialismo condiz com o nacionalismo estalinista. O chamado de construção de um “novo Brasil” nada tem a ver com o socialismo. O socialismo será uma conquista do proletariado na direção da maioria nacional oprimida, portanto, da materialização do programa da revolução e ditadura proletárias.

A tarefa consiste em confluir o movimento da juventude pequeno-burguesa com o movimento revolucionário da classe operária. O combate para vencer as forças contrárias à política do proletariado é e será duro. Direções como a do PCdoB e PT, aliadas às tendências de partidos como o PSB, PDT, PMDB, são sérios obstáculos à tarefa de conquistar a maioria da juventude universitária para o programa da revolução social. Além de substituírem o marxismo como uma variante do nacionalismo, contam com as forças do Estado para manter a juventude isolada dos grandes problemas político-econômicos e da luta de classes.

Não resta dúvida de que o controle da classe operária pela mesma política que controla o movimento estudantil e o caráter embrionário da construção do partido revolucionário dificultam enormemente não só a defesa do socialismo entre a juventude, mas mesmo o programa para a educação. O es-

tilhamento de correntes que se reivindicam do socialismo é um sintoma do atraso político do proletariado devido à ausência do partido marxista-leninista-trotskista e da penetração da ideologia da classe dominante no seio dos explorados.

É fundamental combater o socialismo abstrato, o socialismo pequeno-burguês e o socialismo nacionalista – são variantes estranhas à classe operária.

As condições do capitalismo no Brasil e internacionalmente são de bloqueio e desintegração das forças produtivas. As constantes crises econômicas, o choque entre nações, as ocupações militares de países semicoloniais, os ataques à vida das massas e a fome exigem que o proletariado se recupere da enorme regressão sofrida com a restauração capitalista na ex-União Soviética e que avançou sobre os demais países em que a burguesia foi expropriada.

As fórmulas genéricas de socialismo devem ser rechaçadas por esconderem a política nacionalista e de conciliação de classes socialdemocrata. Levamos aos estudantes a necessidade de construir o partido da revolução proletária e o programa de tomada do poder e de transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva.

**A tarefa consiste em confluir o movimento da juventude pequeno-burguesa com o movimento revolucionário da classe operária. O combate para vencer as forças contrárias à política do proletariado é e será duro. Direções como a do PCdoB e PT, aliadas às tendências de partidos como o PSB, PDT, PMDB, são sérios obstáculos à tarefa de conquistar a maioria da juventude universitária para o programa da revolução social. Além de substituírem o marxismo como uma variante do nacionalismo, contam com as forças do Estado para manter a juventude isolada dos grandes problemas político-econômicos e da luta de classes.**

A tarefa de expropriação de certos grupos econômicos e financeiros, entre eles os que dominam a educação privada, obrigatoriamente deve ser levada para a juventude, evidentemente como parte da luta operária e camponesa. Os “socialistas” da UNE sequer colocam para os estudantes a tarefa de expropriar e estatizar o sistema privado de ensino.

O mais longe que vai a Tese Rebele-se é defender “o fim do pagamento da dívida pública”, “nacionalização das reservas naturais do Brasil e monopólio estatal sobre a exploração do petróleo”, “reestatização das empresas nacionais que foram privatizadas” e “promoção da reforma agrária”. São bandeiras democráticas muito importantes e que temos de combater por elas, mas não são socialistas. Em princípio podem ser assumidas pela burguesia em situação de crise extrema, ainda que parcialmente, como forma de defender parte da classe capitalista e arrastar as massas para a política de colaboração nacional. Mas não é a maior probabilidade. Como tarefas democráticas devem ser assumidas pela classe operária, pelos camponeses e pela classe média arruinada. Para isso, devem estar vinculadas e determinadas pelas tarefas socialistas de luta pelo poder, pela derrubada revolucionária da burguesia, implantação de um governo operário e camponês e expropriação da grande propriedade dos meios de produção.

A Tese Rebele-se não vincula as tarefas democráticas e anti-imperialistas com as socialistas. O que pressupõe que são dirigidas ao governo petista para que cumpra. Essa é uma das faces ilusórias do Rebele-se que o leva a não definir o caráter de classe do governo do PT/PMDB/PDT/PSB/PCdoB. O POR defende o programa proletário para a educação, como expressão do programa de transição da revolução socialista.

# **Ao 1º Congresso da Anel Responder ao burocratismo e estatismo da UNE constituindo uma fração revolucionária programática Derrotar o Plano Nacional da Educação privatista, empresarial, mercantilista Lutar pela expropriação revolucionária do ensino privado, pela estatização sem indenização e controle pelos trabalhadores e juventude Essas são as três tarefas fundamentais sobre as quais o 1º Congresso deve se debruçar e decidir**

É conhecida por demais a posição do POR de não cisão da CUT e da UNE. Estamos certos de que respondemos à iniciativa do PSTU de constituir novas organizações nos baseando no marxismo e na experiência internacional do proletariado. O pior que pode acontecer é travar lutas sectárias entre correntes que se reivindicam do trotskismo. Mas não deixa de ser pior ainda acobertar-se com o oportunismo, como fazem as correntes que seguiram o PSTU no processo de cisão e que disputam postos no campo do aparelhismo, cavando trincheira oposicionista e procurando se comportar como sua ala esquerda.

As posições do POR sempre foram cristalinas em defesa da unidade organizativa do proletariado, o que se estende para as organizações estudantis. Partimos da constatação de que um dos grandes obstáculos para a classe operária enfrentar a classe capitalista e seu Estado reside no divisionismo burocrático de suas organizações. Mas o estilhaçamento que se ampliou com a formação de quase uma dezena de Centrais, regredindo o movimento que criou a CUT, é consequência do processo de reconstituição da burocracia sindical, de estatização dos sindicatos e de implantação da política burguesa por meio do PT, PDT, PSB, PCdoB, etc.

Não temos a menor diferença com o PSTU quanto à caracterização de que a CUT e UNE servem de correia de transmissão das diretrizes governamentais. Mas divergimos radicalmente quanto à compreensão do fenômeno da estatização e de como combater pela independência e democracia sindicais. Seria estúpido rechaçar a formação da CSP-Conlutas e a ANEL baseando-nos apenas no fundamento geral da unidade organizativa do proletariado. É dever dos marxistas atuarem sempre de acordo com seu conteúdo concreto. Por isso partimos da inevitabilidade da burocratização e da estatização dos sindicatos e Centrais na época do imperialismo.

As organizações operárias que não estejam sob a direção do partido revolucionário sofrerão as consequências devastadoras da política de conciliação de classe. Não é isso que se passa no mundo todo? Pode haver diferença de grau de estatização entre a CUT no Brasil e a COB na Bolívia, mas não de essência. Vivemos uma profunda crise de direção com a destruição das conquistas do proletariado mundial pelo estalinismo. A burguesia se fortaleceu no pós-guerra e reorganizou a burocracia sindical para melhor servir-lhe. Nossas particularidades, aqui no Brasil, não deixam de expressar o fenômeno geral da burocratização e estatização. O PT se tornou um partido da ordem burguesa.

O PCdoB estalinista saiu do foquismo e adentrou ao democratismo arrivista. A burocracia sindical direitista se abrigou nos demais partidos da burguesia e finalmente se uniram aos cutistas e cetebistas para sustentar o governo burguês de Lula e agora de Dilma.

O PSTU conquistou a direção de sindicatos importantes, passou a participar nas eleições presidenciais e se fortaleceu como corrente de esquerda centrista. Essa nova condição lhe permitiu liderar um movimento minoritário de ruptura com a CUT e UNE, em nome da independência e da democracia. Mal percebe que faz parte da crise de direção e de uma conjuntura pós-ditadura que permitiu não somente a ascensão do reformismo como o crescimento do centrismo opositor, mesmo que ultra-minoritário. Ocorre que a cisão com a CUT segue o processo político de reordenação das forças burocráticas. É preciso ter claro, nesse sentido, que a política de cisão do PSTU se trata de uma diretriz artificial de alinhar um conjunto de sindicatos e de entidades estudantis por trás da política centrista de esquerda. Esse caminho de diferenciação e de enfrentamento com a burocracia dominante não poderá progredir ao ponto de quebrar as tendências estatizantes dos sindicatos. O seu fracasso será grave para a vanguarda que se choca com os aparatos da burocracia oficial. Não porque esteja lutando pela independência e democracia sindicais, mas sim porque está provocando uma cisão que não expressa o combate da maioria operária e estudantil.

Um dos aspectos de nossas críticas foi o de que a cisão significou abandonar a CUT nas mãos da burocracia que controla a maioria dos sindicatos operários. O mesmo se passa com a UNE. Entendemos que a conquista da independência e da democracia no movimento sindical é parte da construção do partido marxista-leninista-trotskista no seio do proletariado, isto é, parte do desenvolvimento do programa da revolução e ditadura proletárias. Todo problema se concentra em construir o partido, fator subjetivo fundamental para potencializar a situação de desintegração objetiva do capitalismo. Não será a criação de uma nova Central de esquerda e o desencadeamento de disputas pelo controle de sindicatos e pela desfiliação dos aparatos estatizados que imporão a derrota da burocracia estatizante. Estamos convencidos dessa tese e por isso nos pronunciamos de forma precisa e honesta, considerando que a CSP-Conlutas e a ANEL reúnem o que há de mais progressista e combativo da vanguarda que vem se constituindo desde antes do fim da ditadura.

Os militantes do POR sempre participaram das reuniões, dos encontros e das Assembléias da ANEL. Nas lutas contra a burocracia, que inclui as eleições sindicais, procuramos manter a relação frentista. Certamente, não deixamos de intervir nos Congressos da CUT e da UNE, uma vez que estamos convictos da necessidade de combater as direções pró-capitalistas e governistas no terreno das organizações de massa.

O POR se coloca perante o 1º Congresso da ANEL com a mesma posição que defendeu no Congresso de fundação da Conlutas – não cindir as organizações de massa e constituir uma fração revolucionária baseada no programa revolucionário. O Programa define a linha de independência e democracia nas organizações de massa. A direção expressa o programa; o proletariado ou os estudantes elegem a direção-programa.

## **O 1º Congresso da ANEL deve aprovar um programa e se constituir como fração revolucionária da UNE**

Não temos a tese do PSTU para saber com precisão o que pretende aprovar no 1º Congresso, mas o artigo do Opinião Socialista (No 423) “O Congresso da ANEL é o lugar da esquerda da UNE” nos indica o caminho. O que os dirigentes da ANEL esperam é “unir a esquerda para fazer frente ao ataque que o governo prepara para o novo PNE”. Considerada como principal tarefa do momento, presuppõe-se um “plebiscito nacional pelos 10% do PIB para a educação”. As iniciativas nesse sentido devem vir acompanhadas “por uma forte campanha unitária contra o novo PNE, que incorpore a ANEL, a Esquerda da UNE, o ANDES-SN e todas as entidades que se dispuserem a fazê-lo”. Caso prevaleça essa formulação, a ANEL não discutirá o programa e continuará a marcha de cisão da UNE.

Entendemos que se trata de organizar o movimento estudantil sobre a base de posições programáticas e não simplesmente de bandeiras e campanhas conjunturais. Qual é a política do PCdoB e PT que desgraçou a UNE? É a de defender a coexistência entre ensino privado e público. Essa posição é um reflexo da adaptação do estalinismo ao capitalismo e da subserviência do reformismo ao grande capital, portanto ao imperialismo.

A tarefa democrática de constituir um único sistema educacional, público, laico, científico e gratuito não foi cumprido pela burguesia nacional e não mais será cumprida por ela. Portanto, passou para o programa da revolução proletária. Inúmeras tarefas democráticas estão em contradição com o capitalismo semicolonial e constituem motivo de luta das massas. Entre elas a tarefa de estatização do sistema privado, por meio da expropriação, sem indenização.

Não se vai derrubar nenhum PNE sem que os estudantes estejam sob a direção de um programa e uma política proletários. Ou seja, não se conquistará a independência política do movimento estudantil sem que sua direção expresse a política do proletariado. Essa é a tese que o PSTU nunca assumiu e que por isso se aventurou a cindir a CUT e a UNE, à procura do controle de uma parte do aparelho sindical.

Não surpreende, depois da realização de várias Assembléias da ANEL, o fato de no 1º Congresso os delegados não chegarem com a discussão de um programa para a educação que leve os estudantes a *lutar pela expropriação da rede particular de ensino, sua estatização e constituição de um sistema público único, sob o controle dos trabalhadores e da juventude*. O PNE, que se assenta na LDB, nada mais é que a consagração jurídica e funcional do controle da educação pelos empresários e pela Igreja, ou seja, reflexo das relações capitalistas de produção, da grande propriedade privada e mercantilização do ensino.

O programa que se opõe à estatização da UNE e às diretrizes do estalinismo e reformismo petista é o da expropriação revolucionária da rede privada de ensino e do seu controle pelos trabalhadores e juventude vinculados à produção social. É com esse programa que os estudantes se chocarão com o governo, a burguesia e seu Estado e que por isso mesmo se colocarão sob a direção política da classe operária.

Enquanto prevalecerem as posições que esgotam o movimento estudantil em si mesmo, alicerçado nesta ou naquela bandeira de melhoria da educação, não haverá emancipação das organizações de massa e não se avançará na tarefa de combater a desintegração do ensino sob o sistema privado mercantil e religioso.

A burocracia sindical está empenhada em obscurecer os fundamentos privatistas do PNE e a bancarrota do ensino com a discussão sobre verbas. Não por acaso a UNE, CNTE, UNDIME, etc. fazem demagogia com o percentual de 10%. E o PSTU corre atrás com a bandeira de unidade em torno de um plebiscito.

Se o 1º Congresso da ANEL renunciar a aprovar um programa de luta pela expropriação revolucionária do ensino privado e se ater às manobras em torno de verba para a educação, estará perdido.

*O POR defende que, com o programa de expropriação, estatização, sistema público de educação e ensino científico vinculado à produção social, o 1º Congresso da ANEL decida pela campanha contra o PNE privatista e pelo atendimento das reivindicações do movimento estudantil. Decida também por desmascarar a hipocrisia dos 10%, da demagogia do “ensino de qualidade” e da farsa “verba pública para a escola pública”.*

*O POR combate a coexistência do ensino público com o privado. Rejeita as posições reformistas que a sustentam com as bandeiras de 10%, de ensino de qualidade, escola a serviço dos trabalhadores, verbas públicas para escola pública, financiamento de mensalidades, assistência estudantil, controle democrático do ensino privado e limitação ao ensino a distância.*

Há uma ofensiva dos empresários para que se implante o ensino a distância. O governo de FHC deu um passo em favor dessa forma de exploração mercantil e Lula consolidou a legislação da Universidade Aberta on-line. Trata-se de mais uma medida de privatização do ensino e que visa à abertura do mercado escolar ao capital externo. A penetração de grandes grupos empresariais na educação do País expressa o quanto a burguesia brasileira e seu governo são antinacionais. A burocracia da UNE apóia essa ofensiva mercantil e entreguista. O 1º Congresso deve aprovar uma resolução de eliminação do ensino a distância, de expropriação dos grandes grupos nacionais e internacionais e armar uma campanha.

A universidade pública é controlada por uma burocracia formada no quadro docente e submetida à política privatista dos governos. Há que recuperar o ensino público e gratuito das universidades estatais, que dissolver a estrutura autoritária, expulsar a burocracia privatista e estabelecer a autonomia universitária por meio da assembléia universitária soberana, implantar a eleição direta do governo tripartite pelo voto majoritário.

A educação mercantilizada e acadêmica eliminou a possibilidade do ensino científico. Afastou a universidade da produção social e submeteu-a aos interesses particulares do capital. O obscurantismo ideológico da sociedade de classe em decomposição tomou conta do trabalho docente e passou a condicionar a educação. O ensino mercantilizado formou uma mentalidade privatista nas relações educacionais. Eis por que a defesa da escola científica vinculada à produção social está na base do programa. Somente a classe operária pode

estabelecer esse vínculo e tornar a educação de classe do capitalismo em socialista.

As tarefas democráticas a serem realizadas pelas transformações revolucionárias não são um fim em si mesmas. Estão determinadas pelas tarefas da revolução socialista, que será proletária. O movimento estudantil ganhará independência e superará o corporativismo no momento em que estiver lutando pelo fim do poder burguês, por um governo operário e camponês que expresse a ditadura do proletariado e pela transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social. Ou seja, quando estiver sob a direção da classe operária em luta.

Temos consciência que o 1º Congresso não terá como fazer uma discussão programática que vá até a estratégia da revolução proletária. Mas a sua direção não deve fugir do problema com a escapatória do socialismo abstrato. Essa via conduz ao reformismo e à impotência diante do poder burguês e de sua política, que vem sendo desenvolvida pelo PCdoB e PT.

Em resumo, que o 1º Congresso da Anel aprove:

1. Um programa revolucionário que lhe permita atuar como fração revolucionária no seio da UNE, combater as forças estalinistas e reformistas estatizantes e emancipar as organizações estudantis da tutela do Estado e da política burguesa;
2. Um programa de expropriação do sistema privado de ensino, sem indenização, de edificação de um sistema público, gratuito e científico, sob o controle dos trabalhadores e da juventude vinculados à produção social; Um plano de financiamento do ensino único e

## As organizações de massa são criações das massas, não produto desta ou daquela concepção

O ponto de partida para discutir o tema é a defesa da democracia estudantil (aplicação da democracia operária no movimento estudantil) e da independência política e organizativa frente ao Estado e à burguesia. Princípios que, embora tão elementares, têm sido constantemente violentados no interior da UNE. Isso se deve à política de sua direção, composta majoritariamente pelo PCdoB e PT, que atrela a organização ao governo e impede que se manifeste qualquer traço de democracia interna. Não é por acaso que o tema será um dos mais importantes do 1º Congresso da ANEL: a entidade surgida em 2009, fruto da política divisionista do PSTU desde 2004 com a Conlute, precisa mostrar que está em oposição à UNE para tentar se consolidar como alternativa.

A política de ruptura empreendida pelo PSTU revela uma determinada concepção de entidade e trabalho de base. Os argumentos para o surgimento da nova organização foram: o governismo da UNE (com a subida de Lula ao poder em 2002) e a inviabilidade da disputa interna (congressos burocratizados etc.). Resultado: a entidade estava morta para a luta e por isso tratava-se de criar outra, como “alternativa” democrática e de esquerda. Por trás dessas justificativas encontramos um certo entendimento sobre a tática: primeiro conquistar o aparato, para assim influenciar a maioria. Nessa linha, a unidade organizativa é sacrificada enquanto o combate pelo enraizamento do programa acaba ficando sempre pra depois, submetido às disputas de aparelho.

Os organismos de massa surgem das lutas, como resposta a uma tendência geral, emergindo das próprias massas, e não a partir desta ou daquela “concepção”. Ou seja, tais organismos expressam uma disposição real das bases, do contrário resultam em artificialismo. À vanguarda cabe se ligar a todas as iniciativas da base, desenvolvendo e generalizando as que apontam para o avanço do movimento. Não se trata de esperar passivamente, mas trabalhar para que o programa

- gratuito elaborado pelos estudantes e trabalhadores da educação;
3. Defesa da autonomia universitária, controlada pela assembléia soberana e garantida pela eleição direta majoritária do governo tripartite;
4. Rejeição integral do PNE por ser privatista. Que o governo atenda o programa de reivindicações do movimento estudantil;
5. Eliminação de toda legislação que implanta o ensino a distância e fim de sua execução;
6. Fim da legislação que impõe a avaliação institucional, falsifica a realidade do ensino, serve ao intervencionismo estatal nas escolas públicas e que justifica o apoio à rede privada de ensino;
7. Plano de reivindicações do conjunto dos explorados, que garanta o salário mínimo vital, a escala móvel de reajuste, escala móvel das horas de trabalho e reconquista de direitos trabalhistas; por uma jornada de apenas 4 horas para a juventude e o restante dedicado aos estudos e lazer;
8. Combate à burocracia que controla o movimento estudantil, defesa da democracia e da independência política das organizações de massa e aplicação do método da ação direta;
9. Constituir uma oposição revolucionária ao governo de Dilma Roussef com o programa e com resposta a cada ataque à vida dos trabalhadores e ao ensino, bem como à política antinacional e antipopular de conjunto.

Sobre esses pontos, cabe ao 1º Congresso aprovar resoluções e campanhas.

revolucionário penetre no seio das massas. Dirigimos esse esforço ao conjunto dos explorados, o que implica realizar intensa propaganda e agitação em todos os espaços, inclusive nos mais desfavoráveis.

Criar organismos paralelos e minoritários, nos quais a política de seus criadores já se expressa com maior facilidade, conclui em abandonar o restante à sorte das direções conservadoras. Limitar-se a organizar um segmento dos que estudam e trabalham (e não seu conjunto) é, por definição, sectarismo. E, por essa via, passa-se com muita facilidade ao exitismo e à arrogância diante dos demais grupos opositores no interior das tais entidades “revolucionárias”. O abandono da luta programática junto ao conjunto dos estudantes se transforma em imposição do próprio programa numa entidade apartada da maioria. Trata-se de uma política estéril. A ANEL se coloca como entidade concorrente, pressupondo a coexistência com a UNE e sua direção burocrática.

O programa e a direção determinam a natureza das organizações de massa. Não há independência frente ao Estado e à classe dominante sem um programa claro de combate a esses inimigos. A direção deve corresponder a esse programa, deve encarná-lo. O desafio fundamental colocado à vanguarda, portanto, é o do confronto de posições, da luta política para derrotar a influência do reformismo petista e de seus aliados stalinistas (PCdoB).

O trabalho cotidiano em torno das reivindicações mais sentidas é fundamental, uma vez que permite a experiência das bases com suas direções. A prática continua sendo a principal escola de formação política, onde a teoria e os posicionamentos são submetidos à prova. Com a ruptura organizativa esse objetivo fica mais distante, o movimento carece de uma organização unitária para travar uma luta massiva e centralizada para derrotar o governo e os capitalistas da Educação.

## Proposta de Resolução sobre a Educação

O 1º Congresso da ANEL resolve:

1. Rechaçar integralmente o PNE por ser privatista e mercantilista; por consolidar a coexistência do ensino privado com o público e por não corresponder às transformações democráticas e científicas pelas quais deve passar o sistema educacional brasileiro.
2. Defender a retirada da educação do controle de grupos empresariais e das igrejas e passá-lo para o Estado, que deve se responsabilizar pela constituição de um único sistema público, gratuito, científico, ligado à produção social e controlado direta e exclusivamente pelos estudantes e trabalhadores da educação. A eliminação do ensino privado exige a expropriação geral, sem indenização, das propriedades escolares em poder de empresários e instituições religiosas.
3. Condenar o ensino a distância, por ser uma excrescência do capitalismo putrefato, por levar à destruição do ensino como processo social, por favorecer a mercantilização e servir à desnacionalização, atendendo aos interesses dos grupos multinacionais que exploram o mercado de ensino. Pela revogação de toda legislação que implanta o ensino a distância e expropriação das empresas que o exploram!
4. Denunciar a farsa da expansão de vagas e de inclusão social do PNE. A parceria público-privada do ProUni objetiva preencher as vagas ociosas e permitir a expansão da rede privada com dinheiro público. Trata-se de uma medida privatista. O REUNI serve para acobertar a diretriz privatista do ProUni, iludindo com a farsa do aumento de vagas nas universidades federais. Agravam-se as condições de ensino, aumentando o número de alunos em relação ao de professores. Mantém-se a mesma verba raquítica.
5. Rejeitar a diretriz de financiamento da educação: a) Destina um escasso montante para o sistema público; b) Subsidiar os empresários da educação e as igrejas; c) Permite ao capital financeiro explorar os estudantes sem recursos por meio do Fies.
6. Defender um plano de financiamento do ensino único e gratuito elaborado pelos estudantes e trabalhadores da educação. Contra a farsa dos 10% do PIB para a Educação. Que se constitua um Congresso da Educação, formado por delegados em todo País, eleitos nas bases escolares, para estabelecer o montante necessário para funcionar plenamente o ensino público e gratuito em todos os níveis.
7. Exigir que cessem imediatamente os subsídios e os financiamentos; que todas as dívidas dos estudantes sejam canceladas e o montante pago, devolvido; que todos os estudantes do ProUni e do programa Fies sejam transferidos para as universidades públicas.
8. Colocar-se pelo fim das avaliações institucionais. O SINAES responde às premissas de coexistência do ensino público e privado. Está de acordo com as diretrizes de instituições internacionais que ditam os fundamentos econômicos e educacionais do ensino para os países semicoloniais. E expressa a intervenção do Estado no processo educacional das escolas públicas. Não cumpre nenhuma função progressiva de superação do ensino mecânico, decorativo, escolástico e anticientífico. Os governos têm se valido desse instrumento para culpar professores, estudantes e funcionários pelo descalabro do ensino e para agir punitivamente. As reais avaliações que partem dos movimentos sociais são rechaçadas pelos governos porque resultam em reivindicações que vão dos salários miseráveis dos trabalhadores à pobreza da maioria dos estudantes e chegam à escola arcaica, desvinculada da produção social. Os problemas da educação são claros, não necessitam de avaliações dispendiosas e mentirosas, dependem sim de soluções políticas que somente o programa da classe operária pode dá-las.

9. Fim da legislação que impõe a avaliação institucional, falsifica a realidade do ensino, serve ao intervencionismo estatal nas escolas públicas e que justifica o apoio à rede privada de ensino.
10. Defesa da autonomia universitária, controlada pela assembleia soberana e garantida pela eleição direta majoritária do governo tripartite.
11. Plano de reivindicações do conjunto dos explorados, que garanta o salário mínimo vital, a escala móvel de reajuste, escala móvel das horas de trabalho e reconquista de direitos trabalhistas; por uma jornada de apenas 4 horas para a juventude e o restante dedicado aos estudos e lazer.

## Situação Nacional

1. O congresso caracteriza o governo de Dilma, assentado na aliança PT/PMDB/PDT/PSB/PCdoB, como antinacional e antipopular. Aprova a diretriz de constituir uma oposição revolucionária, que responda a cada ataque do governo à vida das massas e a cada medida de entreguismo pró-imperialista.
2. Diante da pobreza, miséria e fome, o 1º congresso rechaça a diretriz demagógica governamental de “inclusão social” e de “ações afirmativas”. Aprova como suas as reivindicações que defendem a vida da classe operária: salário mínimo vital, emprego a todos por meio da escala móvel das horas de trabalho, escala móvel de reajuste, fim da terceirização
3. Diante da criminalização dos movimentos sociais e das leis anti-greve, o 1º congresso aprova uma campanha pela irrestrita liberdade de greve e manifestações.
4. Diante da vasta corrupção no governo, no parlamento e judiciário, o 1º congresso aprova a luta pela constituição de um Tribunal Popular, organizado desde os locais de trabalho e moradia, cuja função é o de condenar os crimes da burguesia e garantir as liberdades democráticas;
5. o 1º Congresso da Anel condena a repressão desfechada contra o movimento operário de Jirau e Santo Antônio. O 1º Congresso apoia a luta dos camponeses sem-terra e defende sua independência organizativa e política diante do governo e do Estado. Diante da violência do Estado e dos latifundiários, o 1º Congresso se coloca pelo direito de autodefesa dos oprimidos.

## Situação Internacional

1. O 1º Congresso da Anel apoia o levante das massas oprimidas no Norte da África e Oriente Médio contra as ditaduras e as monarquias que as esmagam e que submetem a nação oprimida ao imperialismo;
2. O 1º Congresso rechaça a intervenção do imperialismo e denuncia o seu objetivo de sufocar o processo revolucionário das massas, adaptar e manter os regimes ditatoriais. Coloca-se pela constituição de frentes antiimperialistas sob a direção da classe operária para combater pela autodeterminação dos povos e derrotar o intervencionismo das potências;
3. O 1º congresso defende que o processo revolucionário foi desnaturalizado pela intervenção do imperialismo e pela colaboração do Conselho Nacional Provisório com os governos das potências. Considera que a tarefa da situação é derrubar o intervencionismo e rechaçar a derrubada de Kadafi pelas forças imperialistas e pró-imperialistas;
4. Sobre o processo de restauração capitalista em Cuba e as medidas antioperárias e antipopulares da ditadura burocrática do Partido Comunista cubano, o 1º Congresso considera urgente sair em defesa das conquistas da revolução, da democracia proletária e da tarefa de lutar pela revolução política; Sobre os ataques dos governos europeus à vida das massas, o 1º Congresso se coloca pela derrubada dos planos financeiros que salvam os bancos e sacrificam os assalariados.

**BAHIA****Universidade aos pedaços****Servidores das Universidades Federais da Bahia iniciam greve**

Na segunda-feira, dia 13 de junho, os servidores da Universidade Federal da Bahia (UFRB) e Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB) endossaram a greve nacional dos servidores das universidades federais de todo o país. Contam entre suas reivindicações ao governo federal e ao Ministério da Educação a garantia de recursos para a Carreira e para a campanha salarial de 2011, contra o congelamento de salários por 10 anos previsto no PL 549/09, reposicionamento dos aposentados no Plano de Carreira, capacitação e qualificação profissional, contra a privatização dos Hospitais das Clínicas e maternidades, parte da MP 520/10 e pela abertura imediata de concursos públicos.

Evidentemente, a luta dos servidores federais, particularmente na Bahia, encontra-se condicionada pelas condições em que se encontram as universidades e a educação públicas em nosso país. Os governos petistas (Lula e Dilma) avançaram o quanto puderam no processo de sucateamento das escolas e das universidades, impondo processos de avaliação (que nada avaliam de fato) que apenas penalizam o conjunto dos estudantes, professores e servidores, sem modificar as condições reais de existência da educação pública, a infra-estrutura, trabalho terceirizado em estado precário, as condições de trabalho, as bibliotecas, a assistência estudantil, as moradias universitárias e as remunerações.

Aprovaram o Reuni, que significou, dizem, uma expansão na oferta de vagas nas universidades, sem a correspondente contrapartida nas verbas, nas condições de trabalho, no ensino, extensão e pesquisa, etc. Por isso, a tal expansão das vagas significou mais trabalho para professores, péssi-

mas condições de estudo para os estudantes e nenhuma garantia de aumento salarial para o próximo período. Por outro lado, o Prouni garantiu verbas por meio de bolsas para a educação privada, garantindo a expansão do ensino paga das universidades privadas, incentivando o desenvolvimento e extensão do Ensino à Distância. No último período, o governo tenta impor o congelamento de salários, a privatização das maternidades e hospitais das clínicas. Trata-se de um ataque de conjunto aos servidores, professores e estudantes das universidades.

Daí as condições objetivas, extremamente adversas, constituírem a base para as movimentações, paralisações e greves de professores e servidores, que começam a despontar. Ocorre que não só as reivindicações formuladas como a direção política das organizações (sindicatos, associações, etc.) se mostram limitadas e apontam para a conciliação, em vez da ação direta e do combate em defesa da educação e das causas que a destroem. No caso do sindicato da categoria dos servidores da Bahia, o mesmo é filiado à CTB (dirigida pelo PCdoB), que é base do governo e tem sido peça de apoio tanto do governo Lula como de Dilma e suas políticas. Esta contradição terá de ser superada, pela constituição de uma fração revolucionária no interior da luta de classes, que possa mobilizar e organizar os trabalhadores, defender as suas reivindicações mais elementares, combater a burocracia corrompida e atrelada ao Estado e articular a luta mais imediata com a luta socialista, através do programa de transição. Esta é uma tarefa que terá de ser resolvida sob pena das lutas ficarem isoladas e sem força perante os governos e seus ataques.

**Ensino a distância: reflexo da mercantilização**

A ampla intervenção do Estado para viabilizar o ensino a distância tem duplo objetivo: livrar-se o máximo possível dos custos do ensino público e auxiliar o máximo possível a expansão da rede privada. São dois objetivos que se combinam sob a égide da mercantilização.

O ano de 1996 contava com 211 instituições públicas de ensino superior e 711 privadas. Evidenciava-se a brutal desproporção. Mas ainda havia campo para invasão do capital. Em 2004, segundo o INEP, as públicas estavam praticamente estacionadas em 224, enquanto que as privadas davam um salto espetacular, chegando a 1789. Em oito anos, o empresariado abriu 1078 novos estabelecimentos.

Esses números mostram: 1. O Estado abandonou a obrigação de ampliar a rede pública superior. 2. Os capitalistas passaram a explorar o mercado de ensino com maior voracidade. Conclusão: o sistema privado controla as universidades

e determinam, em última instância, a política educacional do governo.

Em 2006, calculava-se que esse mercado movimentava R\$ 15 bilhões. O que explica o boom privatista e a acirrada concorrência. Como qualquer ramo de exploração capitalista, havia de se manifestar a lei da centralização e monopolização. É o que se presenciou nos últimos anos. O crescimento vertiginoso deu lugar a um grande excedente de vagas. Não por falta de alunos. Mas sim por falta de condições sociais da maior parte da classe média e da camada mais bem situada da classe operária.

A alta taxa média de lucratividade começou a ser reduzida, passando de 18%, em anos anteriores a 7,7%, em 2006, segundo a consultoria Hoper Educacional. (*Folha de São Paulo*, 5/02/2006) Quebras, aquisições e fusões seriam a solução de continuidade.

O movimento concentracionista foi e é acompanhado por demissões, redução dos salários, aviltamento das condições de ensino e desqualificação da docência.

Um novo processo se abre com a criação do mercado de ensino e com a possibilidade de lucratividade: a intervenção do capital externo, proveniente de fundos internacionais e grandes empresas universitárias. O Fundo da Educação para o Brasil (FEBR) adquiriu o Grupo Anhanguera Educacional e se vinculou à Anhembi-Morumbi que, por sua vez, vendeu 51% de suas ações ao grupo norte-americano Laureate Education Inc. O fundo americano Best Associates financiou a Whitney Internacional University System para adquirir a Faculdade Jorge Amado, de Salvador. O grupo especialista em ensino a distância Apollo Group passou a controlar metade da Faculdade Pitágoras, de Minas Gerais. Esse processo concentracionista explica o lançamento de ações na Bolsa de Valores de São Paulo. O grupo Veris, que congrega as faculdades IBTA e Ibmecc, constituiu um fundo de acionista para compra de instituições privadas que não agüentam a concorrência, a ociosidade de vagas, a inadim-

plência e o alto custo do ensino presencial. O ensino a distância se apresenta como negócio a ser explorado. Planeja ter entre 20 a 30 pólos. Além do fundo próprio, a Veris conta com empréstimos subsidiados pelo governo, por meio do BNDES.

Como se vê, a mercantilização, a concentração e as possibilidades de alta lucratividade com o ensino a distância são acompanhadas pela incursão do capital externo, num movimento de desnacionalização.

A tese de que a EAD é consequência natural das novas tecnologias de comunicação obscurece a mercantilização crescente. A explicação de que se trata de uma solução para a exclusão de milhões que não podem estudar expõe o cinismo dos empresários e de seus governos. E a fundamentação de que a EAD vem modernizar o ensino e superar a velha forma presencial é de uma desfaçatez sem tamanho. O ensino a distância resulta na destruição da escola. A mercantilização da educação, por si só, destrói o ensino, subtrai-lhe os traços mais elementares do conhecimento social. A EAD leva às últimas consequências a mercantilização.

## Resoluções sobre o transporte

As lutas no transporte têm potencial mobilizador. Já em 1879/1880, com a Revolta do Vintém, os oprimidos manifestaram sua insatisfação com os aumentos. Entre 1974 a 1981, em São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e cidades-satélites de Brasília ocorreu uma onda de quebra-quebra de ônibus e trens, reagindo ao desemprego e à brutal carestia. Na última década, a juventude tem se levantado contra o aumento das tarifas em várias cidades, assinalando a luta contra a elevação do custo de vida. O movimento tem partido da juventude, a maioria pertencente à classe média arruinada, o que vem limitando a força dos embates travados contra o Estado e empresários do transporte. A superação dos limites sociais e políticos depende da generalização do movimento entre os explorados e, principalmente, que a classe operária tome a frente de um movimento pelas reivindicações contra a alta do custo de vida.

A direção anarco-reformista do MPL defende um passe livre para todos obtido por meio de projetos de lei que instituíam impostos progressivos e subsídios públicos. E defendem abstratamente um transporte “fora da iniciativa privada”. Colocam, assim, a juventude na rabeira do parlamento burguês. Ao se colocarem como donos dos movimentos e impõem seus “princípios” de apartidarismo (na prática falso), decisão por consenso e horizontalidade, impedem que se forje uma frente nacional que parta das reivindicações quanto ao transporte e que se generalize entre os explorados, expressando as reivindicações mais gerais dos trabalhadores em defesa de suas condições de vida.

Diante disto, o Congresso resolve:

1. Por meio das lutas do transporte abrir um canal de mobilização e choque contra o bloqueio político, burocrático-sindical e partidário (PT, PCdoB etc.), empunhando um programa de reivindicações que expresse as necessidades gerais e a tática de unificação dos explorados.
2. Diante do aumento do custo de vida, do qual as altas tarifas de transporte coletivo são parte, responder com as reivindi-

cações da maioria. Defender a bandeira de **SALÁRIO MÍNIMO VITAL, COM ESCALA MÓVEL DE REAJUSTE**.

3. Defender a estatização sem indenização de todo o sistema privado de transporte coletivo, que deve ser colocado sob controle operário. Esta bandeira dá concretude ao que deve ser um transporte “fora da iniciativa privada”, e denuncia a limitação dos pedidos impotentes de auditorias, quebra de monopólios ou subsídios públicos para o transporte.
4. Por serem parte das lutas históricas dos trabalhadores contra a alta do custo de vida e expressarem a necessidade das camadas desempregadas e da juventude, levantar a reivindicação de passe livre para estudantes e desempregados.
5. Os movimentos no transporte devem se valer dos métodos operários: ação direta, bloqueio de ruas, terminais, passeatas, etc. Devemos denunciar o método da elaboração de projetos para serem negociados com o parlamento e executivo, assim como a participação em conselhos municipais de transporte, que são armadilhas para os trabalhadores, servem ao carreirismo político e a cooptação de lideranças e reforça as ilusões das massas de que é possível modificar o Estado burguês por dentro.
6. São inúmeros os escândalos de corrupção envolvendo as máfias do transporte que se instalam nos municípios, financiam campanhas, caixa 2, mesadas para politíqueiros, juizes, sindicalistas, etc. A podridão impera nesse ramo. Poucas empresas de transporte monopolizam o setor e ditam as regras aos governos. Diante disto, é preciso denunciar a farsa das Comissões de Inquérito das Câmaras de Vereadores. Os ladrões nos parlamentos não julgarão seus comparsas. O judiciário, que é parte do Estado burguês, não punirá os politíqueiros e muito menos os capitalistas que exploram o transporte coletivo. A tarefa que cabe ao movimento operário, popular e da juventude é de levantar a bandeira de constituição de um Tribunal Popular para julgar os crimes da burguesia e de seus agentes.